

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01.002/2026 PE

PARTE ESPECÍFICA (QUADRO DE RESUMO)

1.MODALIDADE	2.FORMATO	3.Nº DO PROCESSO	4.ENDEREÇO/LOCAL DA DISPUTA:	5.CÓDIGO DA UASG:	6.NÚMERO NO COMPRAS.GOV.BR:
PREGÃO	ELETRÔNICO	01.002/2026 PE	www.compras.gov.br (Comprasnet)	981319	90102

7.OBETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS EM ADEQUAÇÃO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, COMBINADA COM O FORNECIMENTO E OPERAÇÃO DE SOLUÇÃO TECNOLÓGICA INTEGRADA NO FORMATO SAAS, DE INTERESSE DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.

8.DATA DA ABERTURA:	9.HORA DA ABERTURA	10.TIPO:	11.CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	12.MODO DE DISPUTA
07 DE MAIO DE 2026	09:00 H	MENOR PREÇO	GLOBAL	ABERTO
REFERÊNCIA DE TEMPO: PARA TODAS AS REFERÊNCIAS DE TEMPO UTILIZADAS PELO SISTEMA SERÁ OBSERVADO O HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF.				

13.ÓRGÃO RESPONSÁVEL:

- DIVERSAS SECRETARIAS.

14.ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO,
SECRETARIA DE FINANÇAS,
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO,
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO URBANO,
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,
SECRETARIA DE SAÚDE E
SECRETARIA DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

15.LICITAÇÃO EXCLUSIVA OU COM COTAS PARA ME E EPP?	16.TIPO DE EXECUÇÃO:	17. PRAZO DE EXECUÇÃO:	18.VIGÊNCIA DO CONTRATO:	19.POSSIBILIDADE DE POC?
NÃO	INDIRETA	12 (DOZE) MESES	12 (DOZE) MESES	SIM

20.ESPECIFICIDADES DO PROCEDIMENTO:

As particularidades pertinentes ao objeto serão aquelas definidas no estudo técnico preliminar, termo de referência e seus anexos.

21.DOS ATENDIMENTOS, PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES, RECURSOS E VISTAS AO PROCESSO

Todos os **atendimentos** e demais tratativas com a Pregoeira serão realizados **exclusivamente** por meio virtual, mediante pedido formal a ser enviado através do e-mail: licitacao@aquiraz.ce.gov.br, como também os **pedidos de esclarecimentos, impugnações e pedidos de vistas aos autos**;

Já os recursos administrativos e contrarrazões devem ser manifestados através da plataforma www.compras.gov.br, nos termos consignados no presente edital.

22.OBSERVAÇÕES IMPORTANTES E OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA:

- 1) O presente edital se apresenta em duas partes (parte específica e parte geral), onde, na parte específica serão disciplinadas as definições singulares do objeto, qualificação técnica específica, peculiaridades e demais disposições do julgamento. Já na parte geral teremos as demais condições e entendimentos padronizados relativos ao procedimento.
- 2) Existindo divergência entre as informações constantes da parte específica (quadro resumo) e dos demais campos do edital e seus anexos (parte geral), prevalecerão as informações constantes da parte específica.
- 3) Havendo discrepância entre os textos constantes do edital e seus ANEXOS, inclusive quanto a especificação dos produtos, unidades e demais detalhamentos ante aqueles constantes da plataforma compras.gov.br prevalecerão as informações constantes do edital e seus ANEXOS.
- 4) Todas as normativas complementares e regulamentadoras das contratações públicas desse município são partes integrantes desse instrumento, independentemente de estarem anexado.

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01.002/2026 PE

PARTE GERAL

PREÂMBULO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ**, por meio da Agente de Contratação, ora denominada de Pregoeira, designada pela Portaria 0501004/2026, de 05 de janeiro de 2026 e por ordem das autoridades competente(s) deste processo as quais constam acima relacionadas, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto processo licitatório, na modalidade **PREGÃO**, em formato **ELETRÔNICO Nº 01.002/2026 PE**, do tipo e critério de julgamento assinalados no quadro resumo acima, do modo e nas condições fixadas no quadro de resumo inicial, a ser realizado em sessão pública por meio de comunicação via internet, através do endereço eletrônico www.compras.gov.br, e que dará início aos procedimentos de abertura e análise das propostas de preços, formalização de lances, análise e verificação dos documentos de habilitação e demais procedimentos atinentes ao processo, tudo mediante as condições estabelecidas e exigências previstas no presente Edital, na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 101/2023, de 07 de dezembro de 2023 e nas demais normas complementares.

A parte geral do presente edital é subdividida em duas outras partes, conforme a seguir apresentadas:

SUBPARTE A – CONDIÇÕES PARA COMPETIÇÃO, JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO.

Em que são estabelecidos os requisitos e as condições para competição, julgamento e formalização do contrato.

SUBPARTE B – ANEXOS

ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar;
ANEXO II – Termo de Referência e seus anexos;
ANEXO III – Modelo da Proposta de Preços;
ANEXO IV – Minuta do Contrato.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS EM ADEQUAÇÃO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, COMBINADA COM O FORNECIMENTO E OPERAÇÃO DE SOLUÇÃO TECNOLÓGICA INTEGRADA NO FORMATO SAAS**, tudo conforme especificações contidas no Termo de Referência, constante do anexo II do Edital;

2. DAS FASES DO PROCESSO LICITATÓRIO

2.1. A disputa do presente procedimento licitatório terá o seguinte trâmite, em fases distintas:

- 2.1.1. Credenciamento na plataforma Compras.gov.br;
- 2.1.2. Recebimento das “Propostas de preços” e “Documentos de Habilitação” via sistema;
- 2.1.3. Abertura das Propostas de preços apresentadas, verificação e classificação inicial;
- 2.1.4. Lances, aplicação do direito de preferência e critérios de desempate;
- 2.1.5. Negociação, se for o caso;
- 2.1.6. Amostras, se for o caso;
- 2.1.7. Apresentação de propostas ajustadas, se for o caso;
- 2.1.8. Fase de aceitabilidade das propostas;
- 2.1.9. Habilitação do proponente melhor classificado;

2.1.10. Recursos.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO.

3.1. PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO:

3.1.1. Quaisquer interessados na forma de **PESSOA JURÍDICA** que:

3.1.1.1. Esteja regularmente estabelecida neste País, credenciados junto ao portal de compras do Governo Federal, cadastrados ou não no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Aquiraz e que satisfaçam a todas as condições da legislação em vigor e deste edital;

3.1.1.2. Possua objetivos sociais / ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, devendo, ainda, cumprir a legislações próprias quanto à forma constituição do tipo de empresa;

3.1.1.3. Possua registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF). Esse registro também será requisito obrigatório para fins de habilitação. A proponente que participar desta licitação com suas condições de habilitação vinculadas ao documento SICAF, obriga-se a declarar, sob as penalidades da lei, a superveniência de fato impeditivo de sua habilitação;

3.1.1.4. Constituídas na forma de cooperativas, desde que atendidos os requisitos do art. 16 da Lei 14.133/2021 e da legislação específica correspondente, mediante declaração em campo próprio do sistema, quando o edital assim permitir;

3.1.2. Tratando-se de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP e as cooperativas que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, e que não se encontram em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, deverão declarar no Sistema do **compras.gov.br** o exercício do direito de preferência previsto em Lei.

3.1.3. A Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP, caso contratada, será a responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006 em razão da presente contratação.

3.1.4. A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irrevogável dos termos e conteúdo deste edital e seus ANEXOS, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor, ficando, desde já, responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, restando excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido do acesso e manuseio do plataforma, ainda que por terceiros.

3.2. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO:

3.2.1. O autor do anteprojeto, do Termo de Referência ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

3.2.2. Empresas que não se enquadrem na condição de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, quando se tratar de licitação exclusiva;

3.2.3. O responsável pela elaboração do Termo de Referência ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.2.4. Empresas reunidas em consórcio;

3.2.5. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

3.2.6. Instituições sem fins lucrativos, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei nº 9.637/1998, exceto se o objeto desta licitação se inserir entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017-TCU-Plenário).

3.2.7. Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção de suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Aquiraz, tenham sido declaradas inidôneas e estejam impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, que estejam cadastradas positivamente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), no cadastro Consolidado de Pessoa Jurídica do TCU, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CEIS), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

3.2.8. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.2.9. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.2.10. Pessoa jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.2.11. Que não tenham providenciado o credenciamento junto ao SICAF e aos demais requisitos da plataforma eletrônica de julgamento.

3.2.12. Que tenham em comum mesmo preposto ou procurador.

3.2.13. Os interessados que se encontrem em processo de falência decretada ou em processo de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação.

3.2.14. *É permitida a participação de empresa em condição de recuperação judicial desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos do acórdão nº 1.201/2020 do TCU.*

3.2.15. Empresas cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes de seu quadro técnico sejam funcionários ou empregados públicos da Administração Pública Municipal Direta ou Indireta.

3.2.16. Empresas Estrangeiras não autorizadas a funcionar no País.

3.2.17. Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

3.3. O impedimento de que trata o item 3.2.7. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.4. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.2.1 e 3.2.3, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.5. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico

4. DISPOSIÇÕES DE OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA PELO PROPONENTE NO CURSO NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO.

4.1. O proponente interessado na participação da presente licitação fica OBRIGADO a:

a) Responsabilizar-se pela proposta, declarações, documentos e demais informações cadastradas ou anexadas a plataforma eletrônica COMPRASNET, bem como pelos registros realizados no CHAT durante o processamento e julgamento do certame;

b) Realizar as declarações eletrônicas exigidas no cadastro da proposta na plataforma eletrônica COMPRASNET, sem qualquer falseamento da verdade;

- c) Remeter, no prazo estabelecido, EXCLUSIVAMENTE VIA SISTEMA, os documentos de habilitação, a proposta e, quando necessário, os documentos complementares solicitados no presente Edital e seus ANEXOS;
- d) Manter-se logado (online) ao COMPRASNET, acompanhando os trabalhos de processamento do certame durante toda a Sessão Pública Eletrônica, atendendo tempestivamente aos chamados da Pregoeira via CHAT;
- e) Cumprir integralmente a proposta comercial cadastrada ou o lance final registrado no COMPRASNET;
- f) Não fazer declaração falsa ou não apresentar documento falso;
- g) Não cometer fraude fiscal;
- h) Não formar conluio ou combinar proposta com concorrente(s);
- i) Não fraudar ou frustrar a concorrência com utilização de mecanismos eletrônicos de registro de propostas, lances e/ou documentos;
- j) Não indicar, para fins de garantia do anonimato da fase competitiva, qualquer tipo de caractere especial identificador da empresa no cadastro da proposta eletrônica no COMPRASNET;
- k) Manter atualizadas todas as informações da empresa no SICAF que possam facilitar a comunicação, particularmente telefones e e-mail;
- l) Não praticar qualquer ato lesivo à Administração Pública contido no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
- m) Não se enquadrar em nenhuma das proibições indicadas nas alíneas do item 3.2 deste Edital.

5. DO CREDENCIAMENTO DO PROPONENTE NA PLATAFORMA ELETRÔNICA.

5.1. Os interessados aptos à participação do presente procedimento licitatório deverão providenciar o cadastramento do proponente junto a Portal de Compras do Governo Federal – COMPRAS.GOV.BR (COMPRASNET), no sítio www.compras.gov.br.

5.2. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal – COMPRAS.GOV.BR (COMPRASNET), no sítio www.compras.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do proponente ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.4. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

5.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à **PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ** ou ao COMPRAS.GOV.BR (COMPRASNET), a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do seu uso indevido, ainda que por terceiros.

5.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal na plataforma eletrônica implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

6. PARÂMETROS DOS DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS NO PROCEDIMENTO.

6.1. Obrigatoriamente, os documentos deverão ser da mesma sede e igualdade de CNPJ, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para todas as filiais. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

6.2. Cada proponente deverá apresentar através do sistema COMPRAS.GOV.BR os documentos exigidos inicialmente, sendo:

- a) a Proposta de Preços e seus ANEXOS;
- b) os Documentos de Habilitação;

6.3. Os documentos, em formato de arquivo, a serem enviados via internet somente poderão ter as extensões *.doc, *.xls, ou *.pdf.

6.4. Os documentos comprovadamente apresentados em formato corrompido ou incompatível com a versão sistêmica operada, poderão ser solicitados mediante nova anexação, por parte da Pregoeira, ficando a critério deste(a), de acordo com o caso concreto, realizar tal solicitação, a fim de que se façam as elucidações necessárias ao pleno julgamento.

6.5. É dever da proponente atualizar previamente os documentos constantes no SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

7. DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. FORMALIDADES QUANTO A PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA:

7.1.1. A Proposta de Preços Inicial, sob pena de desclassificação, será aquela cadastrada exclusivamente pela plataforma do COMPRAS.GOV.BR, caracterizando o objeto, o item proposto e a marca/modelo, nos campos discriminados pela própria plataforma.

7.1.2. Não se faz necessário a inserção do detalhamento dos itens, assim como, a anexação de proposta "em arquivo" juntamente com o cadastramento da proposta inicial. O proponente deverá realizar o preenchimento da proposta de acordo com as informações disponíveis na plataforma, a qual terá conformidade com o Termo de Referência – anexo IV do Edital.

7.1.3. A proposta de preços inicial servirá para fins de verificação das condições da proposta, bem como, para realização de comparativo ante a proposta de preços final (consolidada), o qual, encontrada divergência entre as mesmas, salvo quanto a redução dos preços em virtude dos lances ou de melhor oferta, a proponente será desclassificada.

7.2. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS:

7.2.1. A participação neste certame licitatório dar-se-á pela utilização da senha de acesso individual a plataforma eletrônica COMPRASNET de cada proponente, mediante prévio cadastro da proposta até a data e horário previstos para abertura da sessão do certame.

7.2.2. Nos termos do art. 63, da Lei 14.133/2021, e considerando a regulamentação contida no art. 26, do Decreto nº 10.024/2019, o proponente DEVERÁ, OBRIGATÓRIA E PREVIAMENTE, registrar sua proposta de preços (inicial) na plataforma do COMPRASNET, até a data e horário marcados para abertura da sessão.

OBSERVAÇÃO: RECOMENDA-SE que também seja anexada junto ao SICAF (ferramenta integrante do COMPRASNET), no momento do cadastramento de sua proposta de preços inicial, todos os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO exigidos para fins de julgamento do certame, observadas as exigências contidas no edital.

7.2.3. As informações quanto a marca e modelo, se for o caso, e demais especificidades particulares da proposta de preços cadastrada na plataforma, assim como, os documentos habilitação, caso anexada, do proponente melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.2.4. Até a abertura da sessão do certame, o proponente poderá livremente retirar, alterar ou substituir a proposta anteriormente cadastrada, como também excluir ou anexar novos documentos relativos a habilitação. Depois da data e horário de abertura da Sessão, não caberá qualquer alteração ou desistência de proposta.

7.2.5. Nenhuma proposta de preços ou documentação de habilitação poderá ser encaminhada à Pregoeira por e-mail ou outro meio de comunicação antes do encerramento da etapa competitiva, sob pena de quebra do anonimato da competição e consequente desclassificação.

7.2.6. Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo proponente, observado o disposto no caput, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de julgamento.

7.2.7. O proponente deverá consignar diretamente no Sistema, na forma nele disposta, além da descrição sucinta do objeto a ser fornecido, inclusive com indicação de marca, modelo e fabricação (se for o caso), a quantidade e os valores unitários e total do objeto proposto, já inclusas todas as despesas inerentes, tais como: impostos, taxas, fretes, seguros e demais encargos, de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto.

7.2.8. Não poderá ser incluído no registro da proposta eletrônica diretamente no COMPRASNET qualquer nome, texto, elemento ou caractere que possa identificar o proponente, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO da proposta e aplicação de SANÇÃO ADMINISTRATIVA.

7.2.9. No momento do cadastro da proposta deverá o proponente realizar as seguintes DECLARAÇÕES ELETRÔNICAS, disponíveis no próprio Sistema (conforme o caso):

7.2.9.1. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal;

7.2.9.2. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

7.2.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus ANEXOS, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital;

7.2.9.4. que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

7.2.9.5. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;

7.2.9.6. no caso de Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei;

7.2.9.7. que o objeto será executado por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

7.2.10. As declarações mencionadas no subitem anterior serão visualizadas pela Pregoeira na fase de habilitação, quando serão anexadas aos autos do processo de contratação juntamente com a documentação de habilitação.

7.2.11. A falsidade relativa a qualquer das declarações exigidas no item anterior sujeitará o proponente às sanções administrativas previstas no item 15 deste Edital, sem prejuízo das consequências civis e penais que seu ato ensejar.

7.2.12. Para cadastramento da proposta no sistema COMPRAS.GOV.BR (COMPRASNET), o licitante deverá se ater ao critério de julgamento definido ao presente certame, conforme definição no quadro de resumo constante do início deste edital, POR LOTE. Em ambos os casos, ao oferecer proposta e ofertar os lances no sistema COMPRAS.GOV.BR o valor a ser observado pelo fornecedor refere-se ao PREÇO UNITÁRIO DO ITEM.

7.2.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá, quando do cadastramento da proposta, parametrizar o seu valor final mínimo e obedecerá às seguintes regras:

7.2.14. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo) do valor estimado da contratação conforme anexo II deste Edital; e

7.2.15. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem anterior.

7.3. PRECAUÇÕES E COMPROMISSOS QUANTO A PROPOSTA DE PREÇOS:

7.3.1. PRECAUÇÕES E COMPROMISSOS QUANTO A PROPOSTA DE PREÇOS:

7.3.1.1. O registro de proposta de preços eletrônica, seja ela inicial ou final, vinculada ao presente certame implica, independente de declaração expressa, na(o):

- a) aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus ANEXOS;
- b) garantia do cumprimento da proposta por prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital;
- c) compromisso do proponente para com o rigoroso cumprimento das especificações técnicas, prazos e condições fixadas no Termo de Referência (anexo II);
- d) impossibilidade de posterior desistência ou declínio de proposta a partir da data da sessão eletrônica inicial, ou de requerer qualquer acréscimo de custos que deveria ter sido incluído na sua proposta;
- e) submissão às sanções administrativas previstas neste Edital e seus ANEXOS;
- f) obrigação de participar ativamente do certame (ON-LINE) até a sua conclusão, encaminhando toda a documentação solicitada e/ou prestando as informações e esclarecimentos solicitados pela Pregoeira.

7.3.2. No momento do cadastro ou registro da proposta comercial eletrônica, o proponente deverá atentar para o fato de que, por razões de limitações técnicas das especificações dos itens constantes no CATMAT/CATSERV (COMPRASNET), as ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS COMPLETAS DO OBJETO LICITADO, para efeito de formulação da proposta de preços, os dados e especificações serão sempre aquelas constantes do Termo de Referência (anexo II).

7.3.3. Após a abertura da sessão pública eletrônica do presente certame, não cabe em nenhuma hipótese desistência de proposta.

7.4. DOS PREÇOS, CLASSIFICAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA:

7.4.1. O cadastro da proposta/encaminhamento pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital. O proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome na plataforma eletrônica, assumindo como firmes e verdadeiras sua Proposta de Preços e lances.

7.4.2. Não será possível a oferta de quantidades inferiores às previstas no TERMO DE REFERÊNCIA anexo ao edital.

7.4.3. Os preços constantes da Proposta de Preços do proponente deverão conter apenas 02 (duas) casas decimais após a vírgula em seus valores globais e unitários, inclusive em propostas de adequação, quando for o caso.

7.4.4. Os preços propostos deverão estar de acordo com o quantitativo do bem cotado.

7.4.4.1. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4.5. Os preços propostos e a proposta de preços em si são de exclusiva responsabilidade do proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro argumento não previsto em lei, salvo nos casos nitidamente verificados e atestados pela Pregoeira que, dentro da situação concreta, poderá agir no sentido de prospectar maior celeridade e eficiência ao julgamento.

7.4.6. Ocorrendo discrepância entre o preço unitário e total, prevalecerá aquele lançado no sistema e utilizado para classificação das Propostas de Preços, devendo a Pregoeira proceder às correções necessárias.

7.4.7. Havendo discrepância entre a especificação dos itens do edital e seus ANEXOS e aquelas lançadas no sistema, prevalecerão as especificações do edital e seus ANEXOS.

7.4.8. Na elaboração da Proposta, o preço cotado poderá ultrapassar o valor de referência da presente licitação discriminado no MAPA DE PREÇOS presente nos autos do processo em epígrafe. Entretanto, na disputa de lances, o lance final deverá atingir preço inferior ou igual ao limite máximo constante do Mapa de Preços; o preço unitário dos itens deverá ser inferior ou igual àquele limite.

7.4.9. Caso não seja realizada a disputa de lances, a proponente que cotou na proposta o menor preço deverá reduzi-lo a um valor inferior ou igual ao limite máximo acima especificado. Nesse contexto, estando a proposta inicial inferior ao estimado, a mesma deverá ser considerada.

7.4.10. Caso o proponente vencedor da cota reservada seja o mesmo vencedor da cota de ampla participação, inclusive nos casos na situação anterior, este deverá realizar a adequação dos preços unitários para o menor valor ofertado.

7.4.11. O critério de julgamento do processo licitatório será aquele constante da parte específica do procedimento.

7.4.12. Não serão adjudicadas propostas de preços com valores unitários superiores à média dos preços unitários e totais estimados para a contratação, os quais se encontram definidos no TERMO DE REFERÊNCIA.

7.4.13. O prazo de validade da Proposta de Preços não pode ser inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos da sessão de abertura desta licitação, conforme Art. 48, § 3º, do Decreto nº 10.024, de 2019. Caso a proponente não informe em sua Proposta de Preços o prazo de validade, será considerado aquele definido neste Edital.

7.4.14. A Pregoeira visando o atendimento a ampliação do princípio da competitividade, bem como, munido da utilização do formalismo moderado poderá, dentro da análise de conveniência e oportunidade e ante ao caso concreto, realizar o saneamento de eventuais erros ou divergências constantes das propostas de preços, seja ela inicial ou a final (adequada).

7.4.15. Será desclassificada a Proposta de Preços apresentada em desconformidade com este item.

8. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Os interessados na forma do artigo 62 da Lei Federal nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, habilitar-se-ão à presente licitação mediante a apresentação dos documentos relacionados no Termo de Referência (anexo II-B) do edital, a serem anexados junto ao cadastro do SICAF ou, através da plataforma COMPRAS.GOV.BR, quando da solicitação por parte da Pregoeira, os quais serão analisados pela Pregoeira quanto a sua autenticidade, veracidade, conteúdo, forma e o seu prazo de validade.

OBSERVAÇÃO: Para fins de definição quanto ao marco da análise dos documentos de habilitação deverá ser considerada como referência para validade dos documentos a data de abertura do certame, ainda que a convocação para apresentação dos documentos seja realizada em momento posterior a abertura, nos termos do art. 63 e 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

No que concerne a regularidade fiscal e trabalhista, o marco para apresentação, análise e validade desses documentos será a data fixada para a apresentação dos documentos, ainda que em momento posterior a abertura, nos termos do inciso III do art. 63.

8.2. As certidões de comprovação de regularidade, bem como as de falência e concordata, caso exigidas neste edital, que não apresentaram expressamente o seu período de validade, deverão ter sido emitidas nos 60 (sessenta) dias anteriores à data marcada para a abertura do certame.

8.3. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original, com sua validade para a data da sessão, inclusive em formato eletrônico, contendo os dados para fins de validação, ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada, seja em cartório, seja por meio do permissivo da Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018. Caso esta documentação tenha sido emitida pela internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade. Os documentos serão preferencialmente assinados em formato eletrônico, através de meio digital, desde que possuam possibilidade de verificação de conformidade, nos termos regulados pelo ICP-Brasil.

8.4. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal, social e trabalhista da microempresa, da empresa de pequeno porte ou da cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação por parte do (a) Pregoeiro (a), para a regularização do (s) documento (s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006.

8.5. A não comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, até o final do prazo estabelecido, implicará na decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao (à) Pregoeiro (a) convocar as proponentes remanescentes, por ordem de classificação.

8.6. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para sua continuidade.

8.7. Será inabilitado o proponente que não atender as exigências deste edital referentes à fase de habilitação, bem como apresentar os documentos defeituosos em seus conteúdo e forma.

8.8. Nos itens/lotos não exclusivos a Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas, havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.9. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal, social e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

8.10. A Pregoeira poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos proponentes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação.

8.11. A critério(a) da Pregoeira, caso haja disponibilidade "on-line" e seja favorável à agilidade e competitividade do certame, poderão ser realizadas consultas diretamente aos sítios institucionais na Internet para fins de comprovação de regularidade de situação dos licitantes, fazendo constar, via CHAT, na ata dos trabalhos tais diligências.

8.12. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o proponente será declarado vencedor.

9. DA SESSÃO PÚBLICA

9.1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

9.1.1. O Pregão será do tipo Eletrônico o qual será realizado em sessão pública por meio da plataforma COMPRAS.GOV.BR (COMPRASNET), mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações).

9.1.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor da Prefeitura Municipal de AQUIRAZ/CE, agente de contratação denominado como Pregoeira.

9.1.3. O proponente poderá enviar as informações da Proposta de Preços e documentos de habilitação e participar da disputa através da plataforma eletrônica.

9.1.4. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do proponente direto ou do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta inicial de preços, exclusivamente por meio da plataforma eletrônica, observados as condições e limites de data e horário estabelecidos neste Edital.

9.1.5. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pela Pregoeira designada ao respectivo procedimento administrativo, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital.

9.1.6. Na hipótese de não haver expediente na data designada para a realização do ato, este será realizado no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário ou em outra data a ser fixada na plataforma pelo agente de contratação denominado como Pregoeira.

9.1.7. A comunicação entre a Pregoeira e os proponentes ocorrerá EXCLUSIVAMENTE mediante troca de mensagens, em campo próprio da plataforma eletrônica (CHAT), o qual será gerenciado diretamente pela Pregoeira e será integralmente reproduzido na Ata da Sessão Eletrônica.

9.1.8. Cabe ao PROPONENTE acompanhar as operações na plataforma eletrônica COMPRASNET, cadastrar a PROPOSTA DE PREÇOS INICIAL, anexar a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, registrar os LANCES, anexar a PROPOSTA DE PREÇOS FINAL (CONSOLIDADA), os DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, se for o caso, e PRESTAR AS INFORMAÇÕES SOLICITADAS, durante toda a licitação, responsabilizando-se pelos ônus decorrentes de

preclusão de direitos, perda de negócios e/ou sanções por descumprimentos de obrigações, diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.1.9. A não anexação ou envio da proposta de preços e documentos de habilitação exigidos no Edital (e seus ANEXOS), bem como a não anexação de documentos complementares, prestação de informações e não pronunciamento em relação à questão suscitada pela Pregoeira, além de possibilitar a oportuna DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO do particular do certame, poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas neste Edital, sem prejuízo de outras responsabilidades civis e penais que seu ato acarretar, nos termos das regras contidas no Capítulo I do Título IV da Lei nº 14.133/2021.

9.1.10. Toda a Sessão Pública será documentada automaticamente pelo sistema na respectiva ATA DA SESSÃO, a qual será gerada e disponibilizada para consulta de todos os interessados por meio da plataforma eletrônica COMPRASNET.

9.1.11. Na hipótese de ocorrer desconexão da Pregoeira no decorrer da Sessão e a plataforma eletrônica permanecer acessível aos proponentes, os trabalhos continuarão e os lances serão recebidos, sem qualquer prejuízo dos atos realizados.

9.1.12. No caso de a desconexão da Pregoeira persistir por tempo superior a DEZ MINUTOS, a Sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente 24h (vinte e quatro horas) após comunicação expressa aos participantes, por meio da plataforma eletrônica no sítio www.compras.gov.br (COMPRASNET).

9.1.13. Cabe ao proponente acompanhar continuamente os documentos, pareceres e atos divulgados ou disponibilizados por meio do Portal de Licitações do TCE/CE.

9.1.14. Havendo necessidade, a Pregoeira poderá suspender a Sessão com a devida comunicação prévia via CHAT, como também registrando na plataforma eletrônica COMPRASNET a nova data e horário para a sua continuidade.

9.1.15. Em face do horário, poderá a Pregoeira estabelecer intervalo para almoço, sem a suspensão da sessão, mediante comunicação prévia via CHAT.

9.2. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS:

9.2.1. A Pregoeira realizará previamente a sessão eletrônica, a configuração quanto a operacionalização do julgamento na plataforma, informando o período para análise da(s) proposta(s) de preços inicial(is), a quantidade máxima de itens e ou lotes a serem disputados simultaneamente, dentre outros parâmetros relativos à disputa.

9.2.2. A partir do horário estabelecido no quadro resumo (parte específica do edital) terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a abertura e divulgação dos preços das Propostas de Preços iniciais cadastradas, passando a Pregoeira a avaliar sua aceitabilidade.

9.3. DA ACEITABILIDADE E ANÁLISE DA CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS DE PREÇOS INICIAIS.

9.3.1. Antes da etapa de disputa, a Pregoeira verificará preliminarmente as propostas de preços iniciais registradas eletronicamente no sistema e DESCLASSIFICARÁ, por despacho fundamentado, aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital (e seus ANEXOS), respeitados os limites das informações disponíveis antes da fase competitiva.

9.3.2. Poderá ser DESCLASSIFICADA a proposta de preços inicial cadastrada no COMPRASNET que de alguma forma se identificar, tendo em vista o potencial de quebra do sigilo da proposta.

9.3.3. Não será aceita proposta que indique quantidade inferior àquela exigida no Termo de Referência (anexo II).

9.3.4. A DESCLASSIFICAÇÃO da proposta será sempre fundamentada e registrada no Sistema, com acompanhamento em tempo real, por todos os participantes.

9.3.5. A DESCLASSIFICAÇÃO da proposta será sempre fundamentada e registrada no Sistema, com acompanhamento em tempo real, por todos os participantes.

9.3.6. Somente os proponentes com propostas julgadas conformes com as exigências formais do Edital (e seus ANEXOS) participarão da fase competitiva ou de disputa de lances, havendo a ordenação automática das propostas pela plataforma eletrônica COMPRASNET.

9.3.7. Caso não existam propostas eletrônicas cadastradas, a Pregoeira DECLARARÁ o certame DESERTO.

9.3.8. Caso todas as propostas cadastradas restem DESCLASSIFICADAS, a Pregoeira DECLARARÁ o certame FRUSTRADO.

9.4. DA FASE DE LANCES

9.4.1. A fase de lances deverá ocorrer sob o formato de disputa em modo “aberto”, conforme assinalado no quadro resumo constante do início do edital, devendo o licitante atentar-se quanto ao formato definido, observando, ainda:

9.4.2. DO MODO DE DISPUTA ABERTO:

9.4.2.1. No modo de disputa “ABERTO”, de que trata este edital, os proponentes apresentarão lances públicos e sucessivos, observados os seguintes procedimentos:

a) A etapa de envio de lances na sessão pública durará DEZ MINUTOS e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos ÚLTIMOS DOIS MINUTOS do período de duração da sessão pública.

b) A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item acima, será de DOIS MINUTOS e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

c) Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens acima, a sessão pública será encerrada automaticamente.

d) Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, a Pregoeira poderá admitir mediante justificativa o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do fomento a disputa ou do melhor preço, nos termos do disposto no parágrafo único do art. 7º do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

9.4.3. ORIENTAÇÕES GERAIS SOBRE OS LANCES:

9.4.3.1. Aberta a etapa competitiva, será considerado como primeiro lance a proposta de preços inicial. Em seguida os proponentes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio da plataforma eletrônica, sendo o proponente imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

9.4.3.2. Para efeito de lances, o proponente deverá considerar o valor unitário do item.

9.4.3.3. Os proponentes poderão ofertar lances sucessivos, desde que inferiores ao seu último lance registrado no Sistema, ainda que este seja maior que o menor lance já ofertado por outro(s) proponente.

9.4.3.4. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo), conforme artigo 31, parágrafo único do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

9.4.3.5. Durante a sessão pública de disputa, os proponentes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O Sistema não identificará o autor dos lances à Pregoeira nem aos demais participantes.

9.4.3.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutable.

9.4.3.7. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos PROPONENTES deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. É de inteira responsabilidade do proponente se manter conectado ao sistema e acompanhar a fase competitiva.

9.4.3.8. Os lances serão ofertados item/lote a item/lote, conforme critério de julgamento definido, podendo, contudo, a Pregoeira realizar a abertura de mais de um item/lote de forma simultânea.

9.4.3.9. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

9.4.3.10. Quando o preço do item/lote ofertado resultar em um valor que possua mais de 02 (duas) casas decimais, serão consideradas apenas as 02 (duas) primeiras casas decimais (centavos), devendo a Pregoeira e o proponente vencedor proceder às adequações de preço necessárias, inclusive por ocasião da entrega Proposta de Preços final consolidada.

9.4.4. Na hipótese de a plataforma eletrônica desconectar para a Pregoeira no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos proponentes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.4.5. Quando a desconexão da plataforma eletrônica para a Pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.4.6. Na hipótese dos itens 9.4.4 e 9.4.5, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

9.4.7. Caso o proponente não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

9.4.8. O Sistema informará a proposta de menor preço ao encerrar a fase de disputa.

9.4.9. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade de cada proponente, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração posterior.

9.4.10. Durante a etapa de disputa de lances, a Pregoeira poderá EXCLUIR qualquer lance cujo valor seja considerado supostamente irrisório ou inexecutável, ou até que entenda ter sido lançado erroneamente, cabendo ao sistema o encaminhamento de mensagem automática ao proponente, o qual terá a faculdade de repetir tal lance.

9.5. DIREITO DE PREFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

DIREITOS DE PREFERÊNCIA

9.5.1. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação dos critérios estabelecidos no caput do art. 60º da Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, se não houver proponente que atenda à primeira hipótese.

9.5.2. Em relação aos itens não exclusivos a Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº123, de 2006.

9.5.3. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do item 9.5.1, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva. Nessas condições, as propostas de Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.5.4. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.5.5. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais proponentes microempresa, empresa de pequeno porte e equiparada que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.5.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pela microempresa, empresa de pequeno porte e equiparados que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio para que se identifique a primeira que poderá apresentar melhor oferta.

9.5.7. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pela plataforma eletrônica dentre as propostas empatadas.

9.5.8. Na hipótese de nenhum dos proponentes exercerem o direito de preferência nos moldes descritos no subitem anterior, será mantida a ordem classificatória original.

9.5.9. Verificação das condições quanto ao tratamento diferenciado:

9.5.9.1. Como condição prévia à aceitação da proposta, caso o proponente detentor da proposta classificada em primeiro lugar tenha usufruído do tratamento diferenciado previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a Pregoeira poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal (<https://www.portaldatransparencia.gov.br/>), seção "Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)", seção "Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)", bem como no Portal da Transparência dos Municípios do Estado do Ceará (<http://municipios.tce.ce.gov.br/transparencia/>), para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ele recebidas, no exercício anterior, extrapola o limite previsto no artigo 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3º, § 2º, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado.

9.5.9.2. Para a microempresa ou empresa de pequeno porte, a consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ela recebidas, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3º, §§ 9º-A e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

9.5.9.3. Constatada a ocorrência de qualquer das situações que extrapolem o limite legal, a Pregoeira indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do proponente, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a consequente recusado lance de desempate, sem prejuízo das penalidades incidentes.

CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.5.10. Havendo eventual empate entre propostas ou lances em que ocorra a aplicação dos CRITÉRIOS DE DESEMPATE E DIREITO DE PREFERÊNCIA fixados no art. 60, caput e seu § 1º, da Lei nº 14.133/2021, respectivamente, deverá ser obedecida as seguintes regras:

a) Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

- I. disputa final, hipótese em que os proponentes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- II. avaliação do desempenho contratual prévio dos proponentes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- III. desenvolvimento pelo proponente de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- IV. desenvolvimento pelo proponente de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

b) Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- I. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital proponente ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- II. Empresas brasileiras;

III. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

c) As regras previstas nas alíneas acima não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

9.6. DA NEGOCIAÇÃO:

9.6.1. Apurada a proposta/lance classificado em primeiro lugar, a Pregoeira poderá encaminhar, pela plataforma eletrônica, contra proposta ao proponente para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

9.6.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais proponentes.

9.6.3. Após a negociação do preço, a Pregoeira solicitará a proposta de preços final (consolidada) devidamente escoimada do(s) proponente(s) vencedor(es).

9.7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS FINAL (CONSOLIDADA):

9.7.1. Encerrada a fase de lances e ou negociação, depois de declarado aceito o preço proposto quanto ao último lance ou ao valor negociado, o proponente vencedor deverá encaminhar proposta de preços final (consolidada), devidamente assinada, com os preços atualizados, no prazo máximo de até **02 (duas) horas**, contado da solicitação da Pregoeira no sistema.

9.7.2. Esse prazo poderá ser estendido e/ou prorrogado a critério da Pregoeira ou a pedido da autoridade competente, caso este constate a necessidade de maior tempo para elaboração da proposta de preço adequada.

9.7.3. A Proposta de preços final (consolidada) deverá ser apresentada nos mesmos padrões e formalidades exigidas no modelo de proposta de preços.

9.7.4. A Proposta de Preços final (consolidada) deverá retratar os preços unitários e totais de cada item ao novo valor proposto, atualizados em consonância com o preço obtido após a fase de lance/negociação, podendo, a Pregoeira confrontá-la ante a proposta de preços (inicial).

9.7.5. Caso não seja possível o enquadramento do último valor global ofertado para o Item e ou lote/grupo quando da formulação da proposta de preços final (consolidada) a proponente poderá fazer as devidas adequações, desde que apresente valores inferiores ao seu próprio último valor ofertado.

9.7.6. A proposta de preços final (consolidada) deverá possuir redução proporcional ao lance ofertado em todos os Itens e ou lotes/grupos, conforme critério de julgamento definido.

9.7.7. Excepcionalmente, a Pregoeira poderá aceitar redução divergente a que trata este subitem, desde que motivada por fatores justificáveis e devidamente comprovados.

9.7.8. A proponente deverá evitar que os valores globais extrapolem o número de 02 (duas) casas decimais após a vírgula. Caso isto ocorra, a Pregoeira estará autorizada a adjudicar o objeto realizando arredondamentos a menor no valor cotado.

9.7.9. A qualquer momento, a Pregoeira poderá solicitar parecer, consultas, análises e verificações por parte de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Município de Aquiraz ou da autoridade competente para fins de avaliação da conformidade do objeto cotado às especificações técnicas contidas no TERMO DE REFERÊNCIA.

9.7.10. Será DESCLASSIFICADA, por despacho fundamentado, a proposta do licitante que, ressalvadas as situações e procedimentos previstos nos itens 9.7.3 e 9.7.4 deste Edital:

a) Deixar de comprovar requisito para fins de exercício de DIREITO DE PREFERÊNCIA (se for o caso);

b) Deixar de indicar, anexar ou comprovar as informações exigidas neste Edital (e seus ANEXOS) que prejudiquem a Avaliação da qualidade do objeto proposto;

c) Indique objeto que não atenda a todas as exigências de qualidade e às especificações técnicas contidas no TERMO DE REFERÊNCIA (anexo II);

d) Não contenha a quantidade numérica e unidade exigidas no TERMO DE REFERÊNCIA (anexo II).

9.7.10.1. Será CLASSIFICADA/ACEITA a proposta que atenda satisfatoriamente a todas as exigências fixadas no Edital e seus ANEXOS, bem como cujo objeto proposto esteja tecnicamente conforme com as especificações mínimas exigidas no TERMO DE REFERÊNCIA (anexo II).

9.7.10.2. Se a proposta for DESCLASSIFICADA, a Pregoeira examinará a PROPOSTA SUBSEQUENTE, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital e seus ANEXOS, segundo os procedimentos fixados nos subitens anteriores.

9.7.10.3. Determinadas informações e formalidades exigidas pelo presente Edital e seus ANEXOS que não afetem a essência da proposta do licitante poderão, a critério da Pregoeira ou da Autoridade Competente, mediante despacho fundamentado, ser dispensadas ou até mesmo complementadas via sistema (via CHAT) ou da ferramenta "ENVIAR ANEXO" pela Pregoeira, a qualquer momento durante a fase de julgamento, no sentido de ampliar a competitividade e atingir a finalidade do certame.

9.7.10.4. No julgamento das propostas, e considerando o interesse público na maior competitividade possível no certame, a Pregoeira poderá:

a) Solicitar complementação de informações, documentos e ajustes na proposta escrita para fins de atendimentos das exigências legais e editalícias;

b) Solicitar ajustes aritméticos e/ou de percentuais e valores da planilha de custo e formação de preços para fins de adequação da proposta às exigências legais e editalícias, vedada majoração do valor global proposto;

c) Sanar erros ou falhas que não alterem a substância e nem a validade jurídica das propostas e documentos ANEXOS, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação;

d) Realizar diligências em sítios oficiais e/ou via telefone para fins de complementação de informações acessórias ou que não prejudiquem a segurança da proposta do particular, sendo tudo consignado, via CHAT, na ata dos trabalhos.

9.7.10.5. Sempre que a proposta não for aceita ou for desclassificada, e antes de a Pregoeira passar à análise da subsequente, poderá haver nova verificação automática, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate, previsto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, podendo-se reabrir os procedimentos previstos no item 9.5 deste Edital.

9.7.11. CASO A PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA SEJA ACEITA, O SISTEMA ABRIRÁ O PRAZO DE 15 (QUINZE) MINUTOS PARA RECURSO. DURANTE ESSE PERÍODO QUALQUER LICITANTE PODERÁ, DE FORMA IMEDIATA, EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA, MANIFESTAR SUA INTENÇÃO. HAVENDO REGISTRO DE INTENÇÃO DE RECURSO, A AGENTE DE CONTRATAÇÃO NÃO FARÁ JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DA INTENÇÃO DE RECORRER MANIFESTADA, DE MODO QUE A INTENÇÃO SERÁ ACEITA AUTOMATICAMENTE PELO SISTEMA.

9.8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

9.8.1. Da exequibilidade do lance ou proposta de preços:

9.8.1.1. Não ocorrendo situação de recusa com base na hipótese acima, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

9.8.1.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor (quando se tratar de critério por maior desconto) do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.8.1.3. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do art. 59, inc. III, Lei nº 14.133/2021 para permitir ao proponente demonstrar a exequibilidade de seu preço.

9.8.1.4. Considerar-se-á inexequível a proposta que:

a) Não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

a.1) Para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

- Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecutabilidade;
- Verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;
- Levantamento de informações junto aos órgãos públicos competentes;
- Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- Verificação de outros contratos que a proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
- Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pela proponente;
- Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa; Estudos setoriais;
- Consultas às Secretarias de Fazenda federal, distrital, estadual ou municipal;
- Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que a proponente disponha para a prestação dos serviços;
- Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

b) Apresentar preço final inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, nos termos do art.52, do Decreto Municipal 101/2023, de 07 de dezembro de 2023.

9.8.2. Será considerada inexecutável a proposta de preços que não tiver a sua exequibilidade comprovada e, ainda, a que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio proponente, para os quais ele renuncie a parcela ou a totalidade da remuneração.

9.8.3. **Da convocação para apresentação de documentos complementares a proposta de preços:**

9.8.3.1. A Pregoeira poderá convocar o proponente para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no "chat" prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.

9.8.3.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, em compatibilidade como TERMO DE REFERÊNCIA, minudenciando o modelo, tipo, procedência, garantia ou validade, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas.

9.8.3.3. O prazo estabelecido pela Pregoeira poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do proponente, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pela Pregoeira.

9.8.3.4. Se a proposta de preços final (consolidada) da proponente vencedora for desclassificada, a Pregoeira examinará a proposta subsequente, inclusive quanto aos tramites afeitos a negociação, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

9.8.3.5. Nos itens não exclusivos a Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas, sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Pregoeira passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.8.3.6. Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o proponente para que seja obtido preço melhor.

9.8.3.7. A Pregoeira poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos

proponentes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

9.9. DA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

9.9.1. Encerrada a etapa de disputa de lances e envio de proposta de preços final (consolidada), a Pregoeira verificará o cumprimento das condições de participação, realizando as seguintes consultas/diligências necessárias, a partir da ordem de classificação e apenas em relação à(s) proponentes mais bem classificada(s) por item e ou lote/grupo:

- a. Consulta Situação do Fornecedor e Relatório de Ocorrências (impedimentos, suspensões, multas, etc.) registrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), no link <https://www.compras.gov.br>;
- b. Cadastro Consolidado de Pessoa Jurídica do TCU, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
- c. Consulta ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), mantido pela Receita Federal do Brasil;
- d. Consulta ao site do Tribunal Superior do Trabalho para fins de identificação da eventual existência de condenação judicial, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- e. Verificação de que o proponente esteja enquadrado nas situações constantes do item 3.1 deste Edital;
- f. Verificação de que o proponente não esteja enquadrado nas situações constantes do item 3.2 deste Edital;

9.9.2. Não cumpridas quaisquer das condições de participação, a Pregoeira desclassificará a proposta do proponente, sendo este impedido de prosseguir no certame, por decisão fundamentada, devidamente registrada no campo DESCLASSIFICAÇÃO da plataforma eletrônica COMPRASNET.

9.10. DA FASE DE HABILITAÇÃO:

9.10.1. Estando o(s) proponente(s) classificados, a Pregoeira o convocará em ordem de classificação, via COMPRASNET, caso não já tendo sido anexada junto ao SICAF no instante de cadastro da proposta de preços inicial (nos termos previstos na observação do subitem 7.2 deste Edital), para fins de encaminhamento/anexação da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, por meio da opção "ENVIAR ANEXO", no prazo de até 02h (duas horas), contados a partir da convocação da Pregoeira, podendo ser prorrogado a requerimento do interessado e/ou a critério da Pregoeira, observadas as regras contidas nos itens 05, 07 e 08 deste Edital.

9.10.2. Os documentos de habilitação apresentados deverão atender ao disposto na observação do item 8.1 deste edital.

9.10.3. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

OBSERVAÇÃO: Conforme entendimento firmado pelo TCU, originário do Acórdão nº 2.443/2021 – Plenário, a vedação no art. 64 da Lei 14.133/2021 não alcança documentos destinados a atestar condições de habilitação preexistentes à abertura da sessão pública que não foram anexados ao COMPRASNET no momento oportuno, de forma que PODERÁ a Pregoeira diligenciar para permitir tal COMPLEMENTAÇÃO DE DOCUMENTOS).

9.10.4. Os documentos necessários a Habilitação do(s) proponente(s) classificado(s) serão os definidos no Termo de Referência (anexo II-B).

9.10.5. A verificação será procedida de acordo com o rito estabelecido no item 9.10.1, deste edital.

9.10.6. Será acessado o banco de dados do SICAF, para fins de consulta do cadastro do(s) licitante(s) classificado(s) em primeiro lugar, verificando-se a habilitação parcial de cada licitante, sendo impresso o extrato que integrará a documentação de habilitação do(s) licitante(s).

9.10.7. Para fins de julgamento da habilitação, poderá haver a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões e/ou documentos diversos como forma de provar a autenticidade dos documentos/certidões e regularidade do licitante, ou até para fins de obtenção de certidões e informações, sendo comprovadas nos autos tais diligências.

9.10.8. Caso o licitante não esteja regularmente cadastrado no SICAF ou esteja com alguma certidão com prazo de validade vencido, poderá a Pregoeira e/ou a equipe de apoio realizar diligências eletrônicas diretamente nos sítios oficiais.

9.10.9. A Pregoeira poderá solicitar subsídio técnico à unidade técnica Demandante ou ao Órgão Interessado do procedimento, bem como, aos setores técnicos especializados, para fins de avaliação da conformidade da documentação de habilitação técnica e qualificação econômico-financeira em relação às exigências contidas no edital (e seus anexos).

9.10.10. Será INABILITADO o licitante que:

- a) deixar de encaminhar ou de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no termo de referência deste Edital;
- b) apresentar CERTIDÃO ou outro documento com prazo de validade vencido;
- c) apresentar quaisquer documentos em desacordo com este Edital, inclusive quanto ao previsto no item 9.10.1 e 9.10.2 do edital;
- d) não contenha em seu ato constitutivo atividade econômica compatível com o objeto da presente licitação;
- e) não comprove exigência(s) de habilitação prevista neste Edital e seus anexos.

9.10.11. Sendo o licitante Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas, não será motivo de INABILITAÇÃO a existência de restrições na sua HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA, sendo observado o seguinte procedimento:

- a) será o licitante DECLARADO HABILITADO no certame para fins de posterior regularização, nos termos definidos na Lei Complementar nº 123/2006.
- b) será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento da convocação para assinatura do termo de contrato, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões, visando levantar a(s) restrição(ões) identificada(s) na fase de habilitação.
- c) a não regularização da situação fiscal no prazo fixado na alínea anterior acarretará na decadência do direito à contratação, sendo facultado à PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação para firmamento do contrato.

9.10.12. No julgamento da habilitação, poderá a Pregoeira adotar os procedimentos, diligências e decisões que visem sanar erros ou falhas que não prejudiquem a validade e segurança jurídica da documentação apresentada.

9.10.13. ACEITA A CONFORMIDADE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE MELHOR COLOCADO, O(S) LICITANTE(S) INTERESSADO(S) PODER(Á)(ÃO) MANIFESTAR A INTENÇÃO DE RECURSO QUANTO A FASE DE HABILITAÇÃO, EM CAMPO PRÓPRIO NA PLATAFORMA, NO PRAZO DE ATÉ 15 (QUINZE) MINUTOS.

9.11. DA FASE DE RECURSOS:

9.11.1. A intenção de recorrer por parte do licitante será sedimentada a cada fase do certame, seja quando do julgamento das propostas de preços ou quando da fase de habilitação.

9.11.2. Compete ao licitante interessado realizar o acompanhamento dos trabalhos e informações constantes da plataforma, assim como, observar as decisões e informações do "chat" do certame se posicionando oportunamente e, se for o caso, manifestar sua INTENÇÃO DE RECORRER correspondente a cada

fase possibilitada, em campo próprio do sistema, no momento e prazo estabelecido e informado pela Pregoeira.

9.11.3. A ausência da intenção de recurso na fase correspondente, correspondente a preclusão do direito do licitante e implica na impossibilidade de apresentação de memoriais recursais, assim como, da apreciação meritória das razões de recurso em momento posterior.

9.11.4. Havendo registro de INTENÇÃO DE RECURSO, a Pregoeira não fará JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE da intenção de recorrer manifestada, de modo que a intenção será aceita automaticamente pelo sistema.

9.11.5. Somente serão conhecidos e analisados os recursos os quais tenham havido o registro da intenção de recurso na fase correspondente.

9.11.6. Após declarado vencedor, desde que registrado a intenção em momento anterior conforme referenciado nos subitens anteriores, será estabelecido na plataforma o prazo para apresentação dos memoriais recursais e prazo de contrarrazões.

9.11.7. O RECURSO ADMINISTRATIVO poderá atacar qualquer ato decisório ou procedimento adotado pela Pregoeira ou pela autoridade competente a qual resultou em deliberação ao julgamento, durante todo o certame, não sendo meio adequado para impugnar regras do edital e seus anexos.

9.11.8. A recorrente a qual tiver intencionado em momento oportuno terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para apresentar os memoriais contendo as razões recursais, obrigatoriamente por meio de registro no sistema e, havendo imagens, ilustrações e demais informações que eventualmente não suportadas pela plataforma, também deverão ser enviados via e-mail constante do quadro resumo deste edital.

9.11.9. Protocoladas as razões recursais na plataforma, ficam os demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema e e-mail, no caso da situação anterior, em igual prazo, que começará a correr do momento do protocolo das razões recursais da Recorrente.

9.11.10. Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá solicitar vistas dos autos ou consultar as informações do certame disponíveis na própria plataforma eletrônica COMPRASNET.

9.11.11. Decorridos os prazos de apresentação de razões e contrarrazões, a Pregoeira deverá analisar fundamentadamente os fatos e fundamentos arguidos pelo(s) recorrente(s), podendo, em sede de juízo de retratação:

9.11.11.1. reconsiderar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, reformando-a; ou,

9.11.11.2. manter inalterada a decisão recorrida.

9.11.11.3. baixar em diligência os autos para fins de pronunciamento, solicitar informações, parecer técnicos ou demais informações da área técnica interessada/responsável e/ou jurídico para fins de proclamação de decisão, sobretudo quando o mérito recursal não versar sobre ato, decisão ou incumbência as quais não são de competência da Pregoeira.

9.11.12. Caso não haja a reconsideração total do ato ou decisão adotada, os memoriais de razões recursais deverão ser submetidos, depois de devidamente instruído pela Pregoeira, à análise hierárquica superior para fins de decisão final, podendo a autoridade competente do procedimento:

9.11.12.1. decidir de pronto o mérito do recurso, segundo os documentos e informações contidas nos autos, como também os fundamentos da decisão da Pregoeira.

9.11.12.2. determinar prévia emissão de parecer da área técnica interessada e/ou jurídico para fins de decisão.

9.11.13. A não apresentação das razões referente à intenção de recurso registrada no sistema no prazo legal importa preclusão do direito de recurso, possibilitando, portanto, a adjudicação do objeto e homologação do certame.

9.11.14. A critério da Pregoeira ou da autoridade superior, e considerando eventuais indícios de ilegalidades ou irregularidades no julgamento do certame apontados na própria intenção de recurso, poderá haver a análise de mérito do recurso independente da apresentação das respectivas razões (ou de sua apresentação fora do prazo legal), como mero exercício do direito constitucional de petição (art. 5º, XXXIV, "a", CRFB/1988).

9.11.15. Não cabe recurso adesivo por ocasião do exercício do direito de contrarrazoar.

9.11.16. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, sendo reaberta a Sessão Pública para fins de prosseguimento do certame e explanação dos atos decorrentes da decisão.

9.11.17. No caso de licitações com julgamento por item e/ou por grupo/lote, a aceitação de intenção de recurso apenas suspenderá a tramitação do processo licitatório em relação ao(s) item(ns)/grupo/lote(s) recorrido(s), inclusive quanto ao prazo de validade da proposta, o qual somente recomeçará a contar quando da decisão final da autoridade competente, sendo realizado o encerramento da sessão e adjudicação do objeto em face dos demais itens/grupos do objeto da licitação, através de adjudicação ou homologação parcial.

9.12. SUSPENSÃO E REABERTURA DA SESSÃO:

9.12.1. À Pregoeira é facultado, a qualquer momento, suspender a sessão mediante motivo devidamente justificado e marcar seu prosseguimento para outra ocasião, fazendo constar esta decisão na plataforma eletrônica. Neste caso, a sessão terá continuidade a qualquer dia e hora, ficando a cargo da Pregoeira realizar o devido agendamento prévio na plataforma do COMPRAS.GOV.BR (COMPRASNET).

9.12.2. A Pregoeira, a qualquer tempo, na análise das propostas de preços e seus ANEXOS, das amostras, quando houver, e dos documentos de habilitação, poderá solicitar outros documentos, pareceres técnicos e/ou suspender a sessão para realizar diligência a fim de obter melhores subsídios para as suas decisões. Neste caso, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e será reiniciada somente decorrida **24h (vinte e quatro) horas** após a comunicação do prosseguimento aos participantes, a qual serão informados na plataforma do COMPRAS.GOV.BR (COMPRASNET).

9.12.3. A Sessão Pública poderá ser REABERTA, em prazo não inferior a **24h (vinte e quatro) horas**, em relação ao(s) ITEM(NS) e/ou GRUPO/LOTE(S) do objeto que apresente os seguintes eventos, observada sempre a ordem classificatória da fase de lances:

- a) Julgamento favorável em sede de recurso administrativo que leve à anulação de atos da fase preparatória ou da própria Sessão Pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;
- b) Constatado erro/impropriedade na aceitação e julgamento da proposta, ou no julgamento da habilitação, o certame restará retroagido aos procedimentos imediatamente anteriores ao instante do erro/impropriedade declarada;
- c) Licitante declarado vencedor que não assinar o instrumento contratual, não havendo CADASTRO DE RESERVA, sendo o certame retomado da fase de aceitação e julgamento das propostas;
- d) Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas com restrição da habilitação fiscal, social e trabalhista que, vencedora do certame, não comprove tal regularidade no prazo fixado neste Edital, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, sendo reiniciados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;
- e) Licitante vencedor que não mantenha as condições de participação e de habilitação até o momento da assinatura do instrumento contratual, sendo reiniciados os procedimentos de aceitação e julgamento das propostas.

9.12.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a Sessão reaberta, sendo devidamente registrados na plataforma eletrônica COMPRASNET a data e hora de tal reabertura, observados os seguintes meios:

- a) A convocação se dará por meio da plataforma eletrônica COMPRASNET ("CHAT" ou evento de reabertura) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório;
- b) A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados cadastrais contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante mantê-los atualizados; e,
- c) A convocação para reabertura também será divulgada com antecedência por meio do Quadro de Avisos e Publicações e Portal de Licitações do TCE/CE, cabendo ao licitante acompanhar as informações e publicações contidas naquele canal de acesso.

9.12.5. A Sessão Pública reaberta será composta de todos os procedimentos e regras de processamento fixadas neste Edital, a depender apenas da fase em que os trabalhos serão retomados.

9.13. ENCERRAMENTO DA SESSÃO:

9.13.1. Da sessão do Pregão será lavrada ata circunstanciada, que mencionará os proponentes participantes, as Propostas de Preços e lances verbais sucessivos, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos, devendo ser a mesma assinada, ao final, pela Pregoeira e sua Equipe de Apoio.

9.13.2. Ao final da sessão, caso não haja intenção de interposição de recurso e o preço final seja compatível com os preços de mercado previstos para a contratação, será feita pela autoridade competente a adjudicação do objeto desta licitação ao proponente declarado vencedor do certame e encerrada a reunião, após o que, o processo, devidamente instruído, será encaminhado:

- a) Para as publicações quanto resultados do certame, instrução do feito e deliberações quanto aos proclames de julgamento;
- b) À Assessoria Jurídica, para fins de análise e parecer jurídico;
- c) E depois à(s) autoridades(s) competentes para adjudicação e homologação e subsequente formalização de Contrato(s).

10. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1. Ultrapassada a fase de recursos administrativos, a Pregoeira encerrará a sessão encaminhando os autos para a autoridade competente a qual adjudicará e homologará o objeto ao(s) licitante(s) cuja(s) proposta(s) for(em) considerada(s) vencedora(s) do certame.

10.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente poderá:

- a) Adjudicar e homologar o certame para produção de todos os efeitos de fato e de direito previstos na legislação;
- b) Anular o certame, total ou parcialmente, em razão de ilegalidade, determinando o aproveitamento dos atos não viciados; ou,
- c) Revogar o certame, total ou parcialmente, por razões de conveniência e oportunidade, à luz do interesse público primário tutelado.
- d) Para efeito de homologação, a licitante arrematante deverá apresentar comprovação de que o jornal indicado na sua proposta circule na maioria dos municípios do Estado do Ceará, podendo ser utilizado dados do IVC (instituto verificador de circulação) ou outro meio idôneo.
- e) Não havendo homologação do certame após decorridos 60 (sessenta) dias da data de abertura das propostas, fica(m) o(s) licitante(s) liberado(s) dos compromissos assumidos em sua(s) proposta(s)

10.3. A adjudicação e ou a homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11. DA(S) DOTAÇÃO(ÕES) ORÇAMENTÁRIA(S)

ÓRGÃO	UNIDADE ORÇ.	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/P-A/Nº DO PROJETO E ATIVIDADE	FONTE	ELEMENTO DE DESPESAS	SUB- ELEMENTO
06	0601	04 122 0002 2.025	1500000000	3.3.90.40.00	3.3.90.90.40.79
07	0701	04 122 0002 2.030	1500000000	3.3.90.40.00	3.3.90.90.40.79
08	0801	12 122 0002 2.036	1500000000	3.3.90.40.00	3.3.90.90.40.79
12	1201	18 122 0002 2.067	1500000000	3.3.90.40.00	3.3.90.90.40.79
13	1301	12 122 0002 2.080	1500100100	3.3.90.40.00	3.3.90.90.40.79
15	1501	10 122 0002 2.120	1500100200	3.3.90.40.00	3.3.90.90.40.79
16	1604	08 122 0002 2.168	1500000000	3.3.90.40.00	3.3.90.90.40.79

12. DA FORMALIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES

12.1. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL:

12.2. A Administração convocará o adjudicatário para assinatura, mediante correspondência meio eletrônico ou publicação no Quadro de Avisos e Publicações, para que seja assinado no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

12.4. O prazo de vigência da contratação será aquele estipulado no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

12.5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

12.6. Incumbirá à Administração providenciar a publicação do extrato do contrato nos termos do parágrafo único art. 61 da Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021.

13. DO PAGAMENTO E DEMAIS CONDIÇÕES DO OBJETO

13.1. As condições de pagamento, obrigações, detalhamentos e demais especificidades quanto ao objeto e não abordados na parte geral desse edital, serão aquelas constantes do Termo de Referência e seus anexos.

14. DAS SANÇÕES

14.1. Ficarão sujeitos às penalidades previstas na Lei nº 12.846/2013 aqueles que cometerem atos lesivos à administração pública, assim definidos, no tocante a licitações e contratos:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

14.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário que, com dolo ou culpa:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - b.1) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - b.2) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - b.3) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

- b.4) deixar de apresentar amostra, quando for o caso;
- b.5) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital, quando for o caso;
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a assinatura de tais instrumentos, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- f) fraudar a licitação;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- h) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- i) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- j) apresentar amostra falsificada ou deteriorada, quando for o caso;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.3. Nos termos dos arts. 155, 156 e 162 da Lei 14.133/2021 e das disposições constantes do Termo de referência, após regular Procedimento Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR, serão apenadas de acordo com a seguinte dosimetria, sem prejuízo das multas eventualmente previstas no Termo de Referência e das demais penalidades legais, assegurado a prévia e ampla defesa:

Ocorrência	Penalidade
a) Dar causa a inexecução parcial do objeto.	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
b) Dar causa à inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
c) Dar causa à inexecução total do objeto.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 1 (um) ano a 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
d) Deixar de entregar documentação exigida para o certame.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 1 mês a 6 meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 2 (dois) meses a 1 (um) ano, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 3 (três) meses a 2 (dois) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
g) Ensejar o retardamento da execução do objeto ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 3 (três) meses a 1 (um) ano e 6 (seis) meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do objeto	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos

Ocorrência	Penalidade
i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do objeto	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos
j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos
k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos
l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos.

14.4. Nas condutas previstas nas letras "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do item 15.3, quando justificada a imposição de penalidade mais grave, será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

14.5. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

14.6. Para todo ato inconveniente ou ilícito que tenha indício de causar dano ou prejuízo a Administração Pública ou ao erário deverá inaugurar um procedimento administrativo de apuração dos fatos. Os casos ocorridos durante os procedimentos de contratação serão comunicados oficialmente e formalmente pela Pregoeira ou por qualquer outro servidor o qual presencie o cometimento do ato, o qual devem ser reportados à Assessoria Jurídica para a devida apuração.

14.7. As penalidades somente deixarão de ser aplicadas mediante comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação e/ou manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Administração.

14.8. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à proponente, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à proponente serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") declarado ou apresentado nos documentos do processo.

14.9. A proponente deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado junto ao SICAF e confirmar o recebimento das mensagens provenientes do município de Aquiraz/CE, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

14.10. Quando a ação ou omissão ensejar a prática de mais de uma infração, será aplicada a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de 1/3 até metade, justificadamente, em decorrência da gravidade da conduta.

14.11. A penalidade resultante da aplicação do item anterior não poderá ser maior do que as penalidades consideradas cumulativamente.

14.12. Será considerado em estado de reiterado cometimento de atrasos dos prazos o Fornecedor que incorrer no terceiro atraso injustificado, ao longo da vigência do contrato.

14.13. A multa, calculada na forma do Anexo II - Termo de Referência, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei n. 14.133/2021.

14.14. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao Fornecedor, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

14.15. Se a garantia contratual exigida for prestada por seguradora, essa será notificada da abertura de processo de apuração de responsabilidade do qual possa resultar na aplicação da penalidade de multa ao Fornecedor.

14.16. O licitante ou o Adjudicatário será notificado para apresentar defesa prévia no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da notificação. Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multas e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso administrativo no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato.

14.17. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14.18. A aplicação das sanções previstas de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, cumuladas ou não com multa, requererá a instauração de Procedimento Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR, a ser conduzido por comissão composta de no mínimo 2 (dois) servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o fornecedor para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.19. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o Fornecedor poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 dias úteis, contado da data da intimação.

14.20. Serão indeferidas pela Comissão de PAR, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

14.21. A prescrição da pretensão de aplicação das sanções ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será interrompida e suspensa na forma da Lei.

14.22. Excepcionalmente, desde que justificado pelo gestor da ata, no Procedimento Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR, o município poderá, ad cautelam, efetuar a retenção do valor da multa presumida, em conformidade com o instrumento convocatório, Termo de Referência, ou contrato, e instaurar de imediato o procedimento administrativo para apuração de responsabilidade por descumprimento, que deverá ter tramitação prioritária.

14.23. Todas as penalidades serão registradas, para efeito de publicidade, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), no cadastro Consolidado de Pessoa Jurídica do TCU, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CEIS), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e demais sistemas internos, no prazo máximo de 15 dias úteis, contado da data de aplicação da sanção.

14.24. No caso de provimento do recurso ou de reconsideração da decisão, os autos serão remetidos à Secretaria de Finanças para devolução ao fornecedor dos valores eventualmente retidos.

14.25. Os instrumentos de requerimentos, de defesas prévias e de recursos eventualmente interpostos pelos licitantes, adjudicatários e/ou por quaisquer interessados deverão ser instruídos com os documentos hábeis à prova das alegações neles contidas. Referidos documentos probatórios deverão ser apresentados em suas versões originais e/ou em versões conferidas com o original por servidores da Administração Pública, sob pena de, a critério exclusivo do município, não serem avaliados. Caso o fornecimento de cópias de documentos seja requerido ao município, as despesas correspondentes deverão ser ressarcidas previamente, em Documento de Arrecadação Municipal - DAM.

15. FRAUDE E CORRUPÇÃO

15.1. As proponentes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução do contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "prática conluída": esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais proponentes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando a influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "prática obstrutiva":

(1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista neste subitem;

(2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

15.2. A contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

16. DOS ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES, DILIGÊNCIAS, REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

DAS SOLICITAÇÕES DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÕES

16.1. Qualquer pessoa física ou jurídica poderá, no prazo de até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para recebimento das Propostas de Preços, solicitar esclarecimento e ou impugnar o ato convocatório deste Pregão.

16.2. Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração aquele que não o fizer dentro do prazo fixado neste subitem, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

16.3. Impugnação feita tempestivamente pelo proponente não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

16.4. Somente serão aceitas solicitações de esclarecimentos, providências ou impugnações mediante petição em meio digital, bem como, acompanhados dos documentos comprobatórios a demandante, desde que devidamente protocolados via e-mail, informado no quadro de resumo deste edital, que preencham os seguintes requisitos:

16.4.1. O endereçamento a Pregoeira da Prefeitura de AQUIRAZ;

16.4.2. A identificação precisa e completa do autor e seu representante legal (acompanhado dos documentos comprobatórios) se for o caso, contendo o nome, prenome, estado civil, profissão, domicílio, número do documento de identificação, devidamente datada e assinada dentro do prazo editalício;

16.4.3. O fato e o fundamento jurídico de seu pedido, indicando quais os itens ou subitens discutidos;

16.4.4. O pedido, com suas especificações;

16.5. A proponente deverá juntar cópia do ato constitutivo, bem como, documento de identificação (com foto) válido na forma da Lei do responsável legal pela mesma e, ainda, deverá apresentar prova de mandato, se for o caso.

16.6. A Pregoeira poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

16.6.1. Caberá a Pregoeira decidir e divulgar em sítio eletrônico oficial no prazo de até **03 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.6.2. A resposta do Município de AQUIRAZ - CE será disponibilizada a todos os interessados mediante afixação de cópia da íntegra do ato proferido pela Administração no sítio virtual: <https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br/>.

16.6.3. O aditamento prevalecerá sempre em relação ao que for aditado.

16.6.4. Acolhida a petição de impugnação contra o ato convocatório que importe em modificação dos termos do edital será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das Propostas de Preços.

16.6.5. Qualquer modificação neste edital será divulgada pela mesma forma que se deu ao texto original.

DILIGÊNCIA, REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

16.7. **DILIGÊNCIA:** Em qualquer fase do procedimento licitatório, a Pregoeira ou a autoridade superior, poderá promover diligências no sentido de obter esclarecimentos, confirmar informações ou permitir sejam sanadas falhas formais de documentação que complementem a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da Proposta ou da Habilitação, fixando o prazo para a resposta.

16.7.1. Os proponentes notificados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela Pregoeira, sob pena de desclassificação/inabilitação.

16.8. **REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO:** A autoridade competente para adjudicar/homologar o procedimento licitatório poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, atendidos o interesse público, sem comprometimento da segurança e do regular funcionamento da administração.

17.2. Os casos omissos poderão ser resolvidos pela Pregoeira durante a sessão e pela(s) autoridade(s) competente(s), em outros casos, mediante aplicação do Decreto Municipal Nº 101, de 07 de dezembro de 2023, da PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ e a Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021.

17.3. Nenhuma indenização será devida às proponentes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente edital, nem em relação às expectativas de contratações dela decorrentes.

17.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia de início de contagem e inclui-se o dia do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal no Município, exceto quando for expressamente estabelecido em contrário.

17.5. Os avisos de prosseguimento das sessões, a decisão sobre os recursos interpostos, a Anulação ou revogação serão feitos aos interessados mediante publicação no Quadro de Avisos e Publicações da Prefeitura Municipal de AQUIRAZ, conforme disposto na Lei Orgânica do Município e no "chat" do www.compras.gov.br.

17.6. Quaisquer informações poderão ser obtidas das 08:00h às 12:00h, na sede da Comissão de Pregões da Prefeitura de Aquiraz, situada na Rua da Integração, S/N, Centro, Aquiraz/CE, CEP: 61.700-000 ou através do telefone 85 4062.8090 (ramal 9184).

17.7. O referido edital e seus ANEXOS estão disponíveis no seguinte sítio virtual: <https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br>, nos termos da IN 04/2015-TCM/CE.

17.8. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente edital será competente o Foro da Comarca de Aquiraz – CE.

AQUIRAZ, CE, 16 DE ABRIL DE 2026.


Maria Brena Alves dos Santos Costa
Pregoeira do Município

ANEXO I-ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

Nº 2026.03.05.01-ETP.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS EM ADEQUAÇÃO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, COMBINADA COM O FORNECIMENTO E OPERAÇÃO DE SOLUÇÃO TECNOLÓGICA INTEGRADA NO FORMATO SAAS.

Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) visa fundamentar a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria em adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 - LGPD) e fornecimento de solução integrada no formato SaaS (Software como Serviço), com funcionalidades voltadas à tramitação digital de documentos, protocolo oficial, assinatura eletrônica e comunicação interna e externa.

A iniciativa segue os princípios da Lei nº 14.129/2021 (Governo Digital), da Lei nº 13.460/2017 (Defesa dos Usuários de Serviços Públicos), da LGPD e da nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), visando modernizar os processos administrativos, garantir conformidade legal e promover segurança e eficiência na gestão da informação.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO (ART.18, §1º, INCISO I DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021)

1.1. Consultoria e Assessoria Especializada em LGPD

Desde a entrada em vigor da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), em especial para a Administração Pública a partir de 2020, tornou-se obrigatória a adoção de medidas que assegurem a proteção de dados pessoais em todos os processos administrativos, operacionais e tecnológicos dos entes públicos.

O Capítulo IV da LGPD traz diretrizes específicas para o setor público, determinando a observância de princípios como finalidade, necessidade, segurança, responsabilização e prestação de contas no tratamento de dados pessoais. Destaca-se, ainda, o disposto no Artigo 29, que confere à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) o poder de solicitar, a qualquer tempo, informações detalhadas sobre operações de tratamento de dados realizadas por órgãos públicos.

Dessa forma, a adequação à LGPD é uma imposição legal, com sanções previstas desde meados de 2021 para casos de descumprimento. Tal conformidade exige esforços estruturados e especializados em várias frentes, especialmente:

1.1.1. Conformidade Jurídico-Técnica

A LGPD visa garantir a privacidade e segurança dos dados pessoais da população, promovendo a transparência nas atividades do poder público. A ausência de um programa de governança em privacidade e de um plano de adequação expõe a administração pública a riscos legais, administrativos e reputacionais.

1.1.2. Diagnóstico Institucional

No contexto desta Prefeitura Municipal, identificou-se a ausência de um inventário de dados pessoais e de um mapeamento detalhado de processos internos em cada secretaria, o que representa um obstáculo relevante

à implementação efetiva da LGPD. A inexistência de fluxos organizados e documentados compromete o levantamento de dados, a identificação de pontos críticos e a proposição de melhorias.

1.1.3. Integração com Modernização Administrativa

A contratação dos serviços de adequação à LGPD não deve ser tratada como uma ação isolada, mas sim como oportunidade estratégica de modernização administrativa. Ao se mapear o tratamento de dados pessoais, torna-se viável e economicamente vantajoso também realizar o mapeamento de rotinas administrativas, possibilitando a identificação de gargalos, a padronização de procedimentos, o ganho de eficiência e a geração de indicadores para gestão pública.

1.1.4. Solução Tecnológica Segura

Além da consultoria e do plano de adequação, a efetiva aplicação da LGPD demanda a implantação de solução tecnológica robusta, segura e escalável, que atenda aos requisitos de:

- Tramitação digital de documentos administrativos;
- Protocolo eletrônico;
- Assinatura digital com verificação externa;
- Comunicação eletrônica interna e externa entre servidores, secretarias e cidadãos;
- Notificação ilimitada por e-mail e por SMS;
- Repositório digital com trilhas de auditoria e controle de acessos.

Atualmente, o Município não dispõe de plataforma integrada que permita a gestão eficiente e segura das informações e documentos oficiais. A lacuna tecnológica compromete a rastreabilidade dos atos administrativos, a celeridade processual e a própria conformidade com os princípios da LGPD e da Lei do Governo Digital (Lei nº 14.129/2021).

1.2. Necessidades Identificadas

Em síntese, a contratação de serviços especializados visa atender às seguintes necessidades concretas:

- Elaboração e implementação do Plano de Adequação à LGPD, com diagnóstico, mapeamento de riscos, inventário de dados pessoais, políticas e instrumentos de governança em privacidade;
- Mapeamento de processos administrativos em todas as secretarias do município, com proposição de melhorias e integração com boas práticas de gestão pública;
- Implantação de plataforma digital em modelo SaaS, com recursos de tramitação, assinatura digital, protocolo eletrônico, comunicação oficial e repositório seguro de documentos.

Essa contratação tem caráter estratégico e estruturante, permitindo não apenas a adequação à legislação vigente, mas também a modernização dos serviços públicos e a ampliação da confiança da população nos órgãos municipais.

2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO (ART.18, §1º, INCISO II DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021)

Conta o presente objeto previsto junto ao PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL - PCA para o exercício de 2026, com o ID do item no PCA de n.º:

Nº	UNIDADE ADMINISTRATIVA	Número do Plano de Contratação Anual – PCA 2026:
1	06 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	07911696000157-0-000001/2026
2	07 - SECRETARIA DE FINANÇAS	07911696000157-0-000005/2026
3	08 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	07911696000157-0-000004/2026
4	12 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO URBANO	07911696000157-0-000007/2026
5	13 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	29987149000198-0-000001/2026
6	15 - SECRETARIA DE SAÚDE	11426115000169-0-000001/2026
7	16 - SECRETARIA DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	14605316000111-0-000001/2026

Nº	UNIDADE ADMINISTRATIVA	Documentos de Formalização da Demanda - DFD's relacionadas ao objeto, ID do item no PCA:
1	06 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	DFD.26.01.15.DCA-04
2	07 - SECRETARIA DE FINANÇAS	DFD.26.01.08.374-02
3	08 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	DFD.26.01.14.1E3-02
4	12 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO URBANO	DFD.26.01.15.467-03
5	13 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	DFD.26.01.19.84D-02
6	15 - SECRETARIA DE SAÚDE	DFD.26.01.19.D07-04
7	16 - SECRETARIA DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	DFD.26.01.14.827-01

Este plano foi elaborado com base nas necessidades identificadas pelas diversas unidades administrativas do município e está alinhado com os objetivos estratégicos definidos no planejamento plurianual e nas diretrizes orçamentárias.

Esta demanda garante a transparência, o cumprimento das obrigações legais e a eficiência na gestão pública, refletindo o compromisso do município em promover a boa governança e o uso responsável dos recursos públicos.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, §1º, INCISO III DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021)

3.1. A escolha do contratado deverá considerar:

Experiência Comprovada: Histórico de atuação relevante em consultoria e assessoria em LGPD.

Portfólio de Resultados: Evidências de melhorias implementadas em outras instituições públicas ou privadas.

Qualificação Técnica Comprovada: A licitante deverá demonstrar experiência compatível com o objeto por meio de atestados de capacidade técnica, comprovação de qualificação profissional da equipe e atendimento aos requisitos técnicos mínimos definidos neste instrumento, assegurando capacidade operacional e técnica para execução do contrato.

3.2. REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS

Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem a capacidade operacional (empresa licitante).

Apresentação de comprovação que a solução de software já foi utilizada, ou está em uso, por órgão público ou privado em atividades diretamente relacionadas à adequação à LGPD, tratamento de dados e/ou plataforma de atendimento ao cidadão

Apresentação de comprovação de que o software utilizado na execução dos serviços possui registro de propriedade intelectual junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) ou outro órgão competente, conforme a Lei nº 9.609/1998. Caso o software seja de terceiro, deverá haver comprovação de licença válida e suficiente para a integral execução contratual, vinculada à empresa licitante.

Apresentação de certificação vigente de segurança da informação ISO/IEC 27001 para o ambiente onde será operado o sistema contratado, sendo obrigatória a vinculação da infraestrutura ao domínio ou controle direto da empresa fornecedora do sistema, não se admitindo ambientes de terceiros não certificados.

3.3. REQUISITOS PROFISSIONAIS DA EQUIPE TÉCNICA

A composição da equipe técnica deverá refletir a multidisciplinaridade e a especialização necessárias à adequada execução do objeto contratual, combinando expertise jurídica, técnica, operacional e institucional.

Exigência de pelo menos 01 (um) profissional com formação de nível superior em qualquer área, com especialização Lato Sensu comprovada em LGPD, com experiência em atuação conjunta com Controladorias Municipais ou Estaduais em processos de conformidade à LGPD, planejamento institucional ou estruturação de fluxos administrativos. Esta exigência assegura domínio técnico-operacional e normativo de mecanismos de controle e conformidade específicos do setor público.

Exigência de, no mínimo, 01 (um) profissional com formação de nível superior em Bacharelado em Ciência da Computação, com comprovação documental por meio de certificado emitido por instituição de ensino devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), e que possua experiência prática no sistema SaaS ofertado.

Exigência de, no mínimo, 01 (um) profissional que possua nível superior em Direito, com experiência comprovada em LGPD. A devida comprovação profissional de sua respectiva inscrição no Conselho de Classe competente, deve ser comprovada por meio de certidão emitida pelo Conselho correspondente, dentro do prazo de validade. A comprovação da experiência na área de LGPD poderá ser realizada por meio de certificados, atestados de capacidade técnica, declarações, contratos ou quaisquer outros documentos idôneos que evidenciem a atuação do profissional na área.

A comprovação de vinculação ao quadro permanente da licitante será feita:

a) Para sócio, mediante a apresentação do estatuto social/contrato social e seus aditivos

b) Para diretor, mediante a apresentação da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada junto ao órgão competente.

c) Se o profissional integrante da equipe técnica não for sócio e/ou diretor da empresa, a comprovação se dará mediante a apresentação da cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou contrato de prestação de serviços devidamente assinado e celebrado na forma da lei.

A licitante deverá juntar declaração expressa assinada por seu profissional indicado, informando que o mesmo concorda com a inclusão de seu nome na participação permanente dos serviços na condição de responsável técnico.

Os profissionais indicados pela licitante deverão participar permanentemente do serviço objeto desta licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração.

Caso o(s) profissional(is) indicado(s) não possua(m) vínculo empregatício com a licitante no momento da habilitação, a licitante poderá apresentar declaração de compromisso, assinada pelo representante legal da empresa e pelo(s) profissional(is) indicado(s), informando que, caso a licitante seja declarada vencedora do certame e no momento da assinatura do contrato com o município de Aquiraz/CE, será apresentada comprovação de vínculo empregatício em alguma das formas previstas no item d.4 (Conforme acordo 1447/2015 – TCU Plenário).

3.4. DO SISTEMA TECNOLÓGICO PRETENDIDO

3.4.1. Considerando a necessidade de modernização administrativa, segurança da informação, rastreabilidade dos atos administrativos e observância à Lei nº 13.709/2018 (LGPD), à Lei nº 14.133/2021 e à Lei nº 9.609/1998 (Lei do Software), conclui-se que a solução tecnológica a ser contratada deverá consistir em plataforma integrada, disponibilizada no modelo Software as a Service (SaaS), contemplando funcionalidades completas de protocolo oficial de documentos, tramitação eletrônica, assinatura digital e comunicação oficial interna e externa

3.4.2. A solução deverá operar integralmente em ambiente de computação em nuvem (cloud computing), acessível via dispositivos móveis, notebooks e desktops, sem necessidade de instalação local em servidores da Administração ou por parte de cidadãos e usuários externos.

3.4.3. Deverá ainda garantir ambiente seguro de operação mediante utilização de protocolo HTTPS, mecanismos de criptografia de dados em trânsito e em repouso, firewall, VPN quando aplicável, e registro auditável de logs de acesso e operações, assegurando rastreabilidade e integridade das informações.

3.4.4. A infraestrutura deverá possuir alta disponibilidade, tolerância a falhas e rotinas automáticas de backup diário, com mecanismos que assegurem continuidade do serviço público digital.

3.4.5. Adicionalmente, a solução deverá permitir customização e parametrização conforme as necessidades operacionais do Município, viabilizando adequação a fluxos administrativos específicos, sem descaracterizar o modelo SaaS.

3.4.6. Por fim, considerando riscos relacionados à propriedade intelectual e à segurança da informação, entende-se necessário que a futura contratação recaia sobre solução cujo fornecedor comprove legitimidade de uso e titularidade ou licença regular da plataforma ofertada, bem como experiência prévia compatível com os serviços a serem prestados.

3.5. DA ESTRUTURA DE ATENDIMENTO TÉCNICO PRESENCIAL E NÃO PRESENCIAL

Considerando a natureza contínua, transversal e estratégica da adequação à Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), verifica-se a necessidade de que a solução a ser contratada contemple modelo híbrido de atendimento técnico, composto por carga horária presencial e não presencial, de modo a assegurar suporte técnico permanente, orientação jurídica especializada e acompanhamento das rotinas administrativas do Órgão e suas Secretarias.

No que se refere à carga horária presencial, entende-se necessária a disponibilização mínima de 01 (um) profissional técnico com especialização Lato Sensu comprovada em LGPD, com carga horária mensal de 16 (dezesesseis) horas presenciais, destinadas ao atendimento direto nas dependências do Órgão Contratante e suas Secretarias. Tal atuação deverá abranger reuniões técnicas, acompanhamento de fluxos de tratamento de dados, orientações estratégicas, análise de incidentes, validação documental e demais atividades correlatas, sempre executadas por profissional devidamente habilitado e em conformidade com o instrumento convocatório e seus anexos.

Quanto à carga horária não presencial, considera-se imprescindível a previsão de atendimento consultivo contínuo e em tempo integral, prestado por meios tecnológicos de comunicação e informação, tais como correio eletrônico institucional, consultas formais escritas, telefone, chat corporativo ou ferramentas similares. Essa modalidade deverá ser ilimitada em quantidade de consultas, possibilitando aos servidores das Secretarias o encaminhamento de dúvidas decorrentes de fatos supervenientes, incidentes de segurança, dúvidas operacionais ou questões interpretativas relacionadas à LGPD e à utilização da plataforma digital.

As orientações prestadas na modalidade não presencial deverão ocorrer de forma formal e documentada, preferencialmente por meio de parecer técnico ou manifestação escrita fundamentada, assegurando rastreabilidade, segurança jurídica e padronização de entendimentos.

Adicionalmente, deverá estar contemplado suporte técnico e treinamento do sistema digital de LGPD na modalidade virtual, com atendimento em horário comercial ou conforme calendário previamente estabelecido, garantindo capacitação contínua dos servidores e adequada utilização da solução tecnológica.

Tal estrutura híbrida mostra-se necessária para garantir efetividade da política de proteção de dados, continuidade administrativa, segurança jurídica dos gestores públicos e conformidade permanente com a legislação aplicável.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHEM DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA (ART.18, §1º, INCISO IV DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021).

Com base em histórico de manifestações e expectativa de crescimento da participação cidadã, estima-se o atendimento de milhares de manifestações mensais e a capacitação de servidores de todas as secretarias, necessitando de adequação a LGPD em todas as manifestações.

Quanto ao Sistema este deverá possuir escalabilidade operacional dimensionada para a realidade do Município e ainda abertura para integração com outras ferramentas de tecnologia, para tanto:

A plataforma a ser contratada deverá ter número ilimitado de usuários únicos, visto que o conjunto de usuários possíveis (cidadãos, servidores concursados, servidores contratados, turistas, órgãos de fiscalização e controle externo, entre outros) constituem um número impossível de dimensionar de forma precisa nesse estudo e dimensionar acima do que deveria poderia gerar gastos desnecessários para os cofres públicos, bem como dimensionar abaixo também poderia gerar prejuízos operacionais ou ainda a necessidade de contratação adicional futura (não planejada). Pelo exposto, entendemos que o dimensionamento de recursos para o pleno funcionamento deverá ser uma atribuição do próprio prestador, que deverá abstrair a quantidade de usuários em seu orçamento e dimensionar recursos de forma similar a municípios que já atenda e possua porte e características similares ao nosso;

A plataforma deverá ainda permitir número ilimitado de usuários simultâneos, sem prejuízos ao bom funcionamento operacional da plataforma. Eventuais lentidões operacionais poderão ser aceitas como não infração do prestador à critério exclusivo da administração pública, desde que demonstrado picos de acesso que exceda em 100% o número médio de acessos da plataforma;

Por ser uma solução de uso contínuo, essa contratação será efetuada por 12 (doze) meses e poderá ser renovada sucessivamente até o máximo de 120 (cento e vinte) meses. Nos parâmetros dos artigos 106 e 107 da lei de licitações.

4.1 Estimativas de Quantitativos:

Com base nas análises, foram estimadas as seguintes quantidades por Unidade Administrativa:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Unid.	Quant.
1	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos em adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, combinada com o fornecimento e operação de solução tecnológica integrada no formato SAAS de interesse da Controladoria Geral do Município.	Mês	12
2	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos em adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, combinada com o fornecimento e operação de solução tecnológica integrada no formato SAAS de interesse da Secretaria de Finanças.	Mês	12
3	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos em adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, combinada com o fornecimento e operação de solução tecnológica integrada no formato SAAS de interesse da Secretaria de Administração e Planejamento.	Mês	12
4	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos em adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, combinada com o fornecimento e operação de solução tecnológica integrada no formato SAAS de interesse da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano.	Mês	12
5	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos em adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, combinada com o fornecimento e operação de solução tecnológica integrada no formato SAAS de interesse da Secretaria de Educação.	Mês	12
6	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos em adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, combinada com o fornecimento e operação de solução tecnológica integrada no formato SAAS de interesse da Secretaria de Saúde.	Mês	12

7	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos em adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, combinada com o fornecimento e operação de solução tecnológica integrada no formato SAAS de interesse da Secretaria do Trabalho e Assistência Social.	Mês	12
---	--	-----	----

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO, ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR (ART.18º, §1º, INCISO V DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021)

Soluções Avaliadas

- a) Utilização de software gratuito disponibilizado no Portal de Software Público Brasileiro
- b) Utilização de softwares livres (open source)
- c) Contratação de serviço SaaS mantido por instituições privadas

DESCRIÇÃO DAS ALTERNATIVAS

a) Software Gratuito no Portal de Software Público Brasileiro

Descrição:

Software de código aberto disponibilizado pelo Governo Federal via o Portal de Software Público, sem custos de aquisição.

Características Gerais:

- Gratuito para uso pela Administração Pública
- Código aberto
- Disponível para download em repositório central

Análise para Sistema LGPD:

- ✓ Licença pública e sem custo de aquisição
- ✓ Transparência de código
- X Portfólio limitado em soluções específicas de LGPD
- X Ausência de módulos críticos integrados (ex.: gestão de riscos, inventário de dados, matriz de tratamento, DPIA)
- X Suporte e atualizações não garantidos ou dependentes de iniciativa voluntária
- X Baixa maturidade técnica para atender requisitos normativos e melhores práticas de governança

Conclusão:

Apenas soluções pontuais podem estar disponíveis, sem consistência nem capacidade de atender integralmente às exigências de conformidade com a LGPD.

b) Softwares Livres (Open Source)

Descrição:

Softwares de código aberto, produzidos e mantidos por comunidades ou fornecedores independentes, licenciados sob GPL, MIT, Apache, etc.

Características Gerais:

- Sem custo de licença
- Possibilidade de auditoria e adaptação



- Comunidade de desenvolvimento ativa (variável por projeto)

Análise para Sistema LGPD:

- ✓ Flexibilidade de customização
- ✓ Licenciamento de código aberto
- X Suporte técnico não garantido por padrão
- X Pode demandar equipe qualificada para instalação, configuração e manutenção
- X Nem todas as ferramentas open source apresentam módulos completos para LGPD (relatórios, workflow de tratamento, auditoria, dashboards, integração com infraestrutura etc.)
- X Atualizações podem ser irregulares

Conclusão:

Embora exista potencial para uso de componentes livres, a adoção efetiva como sistema de LGPD completo frequentemente requer equipe técnica interna ou consultoria terceirizada para adaptar e manter o sistema operacional.

c) Serviço SaaS (Software as a Service) Privado

Descrição:

Soluções de conformidade com LGPD hospedadas em nuvem, oferecidas por fornecedores privados, com funcionalidades integradas e suporte técnico formal.

Características Gerais:

- Modelo de assinatura (mensal/anual)
- Suporte técnico com SLA
- Atualizações automáticas
- Infraestrutura, segurança e compliance geridos pelo fornecedor
- Funcionalidades completas e modulares específicas para LGPD

Funcionalidades Típicas Incluídas:

- ✓ Inventário de dados pessoais e fluxos de tratamento
- ✓ Avaliação de risco e DPIA (Data Protection Impact Assessment)
- ✓ Gestão de consentimentos
- ✓ Mecanismos de anonimização/pseudonimização
- ✓ Painéis, relatórios e auditoria
- ✓ Integrações com sistemas internos
- ✓ Controle de tratamento de dados por áreas e agentes

Análise para Sistema LGPD:

- ✓ Suporte técnico contínuo e capacitação
- ✓ Cumprimento de melhores práticas de segurança da informação
- ✓ Atualizações automáticas de acordo com evolução da legislação e normas
- ✓ Escalabilidade e continuidade asseguradas
- X Geração de custo recorrente — que, porém, é compensado pela redução de custo total de propriedade (TCO) e riscos mitigados

Conclusão:

Soluções SaaS entregam um sistema robusto, especializado em LGPD, com suporte técnico, atualizações contínuas, segurança elevada e aderência normativa.

QUADRO COMPARATIVO DE CRITÉRIOS

Critério	Portal Software Público	Softwares Livres (Open Source)	SaaS Privado
Custo de Licenciamento	✓ Sem custo	✓ Sem custo	X Custo de assinatura
Suporte Técnico	X —	X Opcional	✓ Formal com SLA
Atualizações	X Irregulares	X Variáveis	✓ Automáticas
Funcionalidade Completa	X Limitada	X Parcial	✓ Alta
Escalabilidade	X Fraca	X Média	✓ Alta
Segurança da Informação	X Básica	X Variável	✓ Alta
Conformidade Normativa	X Limitada	X Parcial	✓ Total
Aderência a LGPD	X Fraca	X Média	✓ Alta
Sustentação Operacional	X Depende do usuário	X Requer equipe	✓ Fornecida

ANÁLISE DE RISCOS E IMPACTOS

Alternativas a) e b):

- **Riscos:**
 - Falta de suporte formal
 - Esforço interno elevado
 - Escalabilidade limitada
 - Possibilidade de lacunas de conformidade
- **Impactos:**
 - Desenvolvimento ou adaptação independente
 - Custos ocultos com equipe técnica
 - Dependência de terceiros para sustentação

Alternativa c):

- **Riscos:**
 - Custo recorrente
 - Possível dependência de fornecedor (mitigável contratualmente)
- **Impactos:**
 - Redução de riscos de não conformidade
 - Segurança e governança robustas

- Suporte contínuo e previsível

CONCLUSÃO

Melhor Alternativa: Contratação de Serviço SaaS Privado

Recomenda-se a contratação de um sistema de gestão de conformidade com a LGPD na modalidade SaaS, pois:

- Oferece maior aderência funcional e operacional às exigências da LGPD;
- Dispõe de suporte técnico especializado e contínuo;
- Assegura atualizações permanentes de acordo com evoluções normativas;
- Possui segurança da informação robusta, proteção de dados e certificações;
- Reduz dependência de equipe técnica própria;
- Promove escalabilidade e continuidade com confiança.

Apesar de haver custo de assinatura, este é justificado pela eficácia operacional, mitigação de riscos e qualidade de serviço — fatores determinantes para a conformidade legal e reputacional da instituição.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO (ART.18, §1º, INCISO VI DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021)

A estimativa do valor da contratação dos serviços foi realizada com base nas quantidades levantadas, na eleição dos itens existentes no PCA que atendem às especificações e na pesquisa de preços anexa realizada pelo Setor de Compras deste Município. O valor total estimado considera o período de 12 meses de locação dos sistemas.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QTE	VALOR UNIT	VALOR MÉDIO GLOBAL
1	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos em adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, combinada com o fornecimento e operação de solução tecnológica integrada no formato SAAS de interesse da Controladoria Geral do Município.	MÊS	12	R\$ 5.016,67	R\$ 60.200,04
2	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos em adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, combinada com o fornecimento e operação de solução tecnológica integrada no formato SAAS de interesse da Secretaria de Finanças.	MÊS	12	R\$ 6.095,00	R\$ 73.140,00
3	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos em adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, combinada com o fornecimento e operação de solução tecnológica integrada no formato SAAS de interesse da Secretaria de Administração e Planejamento.	MÊS	12	R\$ 6.012,50	R\$ 72.150,00
4	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos em adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, combinada com o fornecimento e operação de solução tecnológica integrada no formato SAAS de interesse da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano.	MÊS	12	R\$ 6.050,00	R\$ 72.600,00

5	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos em adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, combinada com o fornecimento e operação de solução tecnológica integrada no formato SAAS de interesse da Secretaria de Educação.	MÊS	12	R\$ 7.070,00	R\$ 84.840,00
6	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos em adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, combinada com o fornecimento e operação de solução tecnológica integrada no formato SAAS de interesse da Secretaria de Saúde.	MÊS	12	R\$ 6.166,67	R\$ 74.000,04
7	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos em adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, combinada com o fornecimento e operação de solução tecnológica integrada no formato SAAS de interesse da Secretaria do Trabalho e Assistência Social.	MÊS	12	R\$ 6.120,00	R\$ 73.440,00
VALOR TOTAL					R\$ 510.370,08

A estimativa do valor da contratação foi calculada em **R\$ 510.370,08 (quinhentos e dez mil, trezentos e setenta reais e oito centavos)**, para 12(doze) meses, para as Unidades Administrativas contempladas no Processo.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO (ART.18, §1º, INCISO VII DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021), conforme informações gerais a serem seguidas quanto ao procedimento:

Engloba a prestação de serviços de natureza predominantemente intelectual, executada por equipe qualificada e com experiência comprovada em projetos de conformidade com a LGPD no setor público, envolvendo:

- Prestação de serviços continuados de assessoria e consultoria técnica e jurídica voltados ao fortalecimento da segurança jurídica dos gestores públicos no cumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD), especialmente quanto à revisão e adequação dos fluxos de tratamento de dados pessoais, correta identificação das bases legais aplicáveis, classificação de documentos e informações e mitigação de riscos regulatórios.
- Disponibilização de dashboards, relatórios gerenciais e indicadores de conformidade com a LGPD para acompanhamento integral do histórico de movimentações documentais e registros administrativos, viabilizando auditoria interna, controle institucional e adequada prestação de contas.
- Realização de reuniões periódicas com a governança da LGPD para análise de casos práticos, avaliação de trâmites sensíveis, identificação de pontos críticos de adequação e proposição de melhorias contínuas no sistema de proteção de dados pessoais.
- Prestação de suporte jurídico especializado, preferencialmente em horário comercial, com possibilidade de atendimento remoto e presencial quando necessário, para dirimir dúvidas jurídicas e administrativas relativas à aplicação prática da LGPD nos serviços e processos públicos.
- Assessoramento técnico na elaboração do planejamento anual de ações voltadas à governança e adequação à LGPD, com definição de metas, indicadores e cronogramas alinhados aos princípios da eficiência, economicidade, segurança da informação e boa gestão pública.

• Apoio técnico na estruturação e organização do fluxo de comunicação interna referente ao tratamento de dados pessoais, assegurando adequada classificação de informações sensíveis, controle de acesso por perfil funcional e observância aos princípios de necessidade, finalidade e minimização.

• Realização de treinamento e capacitação dos servidores públicos sobre:

- Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD);
- Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação);
- Lei Federal nº 13.460/2017 (Defesa do Usuário do Serviço Público);
- Lei Complementar nº 131/2009 (Transparência Pública);
- Lei Federal nº 13.726/2018 (Desburocratização);
- Demais normas correlatas aplicáveis à gestão de dados e documentos administrativos.

• Alinhamento das ações à Estratégia de Governança Digital da Administração Pública, à Política Nacional de Segurança da Informação (Decreto nº 10.748/2021) e às diretrizes constitucionais e infraconstitucionais que promovem transparência, eficiência administrativa, proteção de dados pessoais e garantia dos direitos fundamentais no ambiente digital.

• Fornecimento de Solução Tecnológica em Modelo SaaS

• Fornecimento de licença de uso, implantação e operação de plataforma em modelo Software como Serviço (SaaS), em ambiente seguro e em nuvem, com módulos integrados que contemplem:

- Protocolo digital oficial, com registro e rastreabilidade;
- Tramitação eletrônica de documentos, com versionamento e controle de prazos;
- Assinatura digital integrada, com validação externa por QR Code ou link de verificação;
- Comunicação oficial interna e externa, com registros e notificações automatizadas;
- Repositório digital seguro e auditável de documentos, com segregação por setores, controle de permissões por perfil, registro de logs e trilhas de auditoria;
- Painéis gerenciais, dashboards e indicadores operacionais e estratégicos;
- Backup diário automático, com retenção mínima de 30 dias;
- Notificação ilimitada por e-mail e SMS;
- Disponibilidade mínima garantida de 99,5%, conforme padrão de SLA (Service Level Agreement);
- Criptografia de dados sensíveis em repouso e em trânsito, em conformidade com padrões de segurança da informação;
- Mecanismos de proteção contra-ataques cibernéticos;
- Integração por APIs RESTful, observando padrões abertos de mercado.
- A solução deverá abranger ainda:
- Configuração inicial e parametrização;
- Licenciamento;
- Implantação e configuração do sistema de gestão de documentos e trâmites digitais nos setores e órgãos indicados pela Administração, assegurando integração com os fluxos de trabalho existentes;
- Migração de dados históricos provenientes de sistemas anteriormente utilizados;
- Treinamento técnico presencial e remoto quanto ao uso da solução implantada;

- Monitoramento contínuo, rotinas de segurança, manutenção preventiva e corretiva e suporte técnico contínuo;
- Documentação completa das etapas executadas;
- Hospedagem em ambiente seguro com certificação ISO/IEC 27001, redundância geográfica, autenticação multifator, criptografia ponta a ponta, controle de acesso baseado em perfis e trilhas de auditoria imutáveis;
- Compatibilidade com dispositivos móveis, mediante acesso por navegadores responsivos e, quando disponível, aplicativos nativos para plataformas Android e iOS, visando ampliar a acessibilidade e promover a digitalização inclusiva dos serviços públicos.

Disposições Gerais

A contratação compreende a entrega de solução customizada às necessidades da administração pública municipal, com apoio integral à implantação e suporte técnico durante o contrato, observando-se a legislação vigente, em especial:

- Lei nº 13.709/2018 (LGPD);
- Lei nº 14.129/2021 (Governo Digital);
- Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

A empresa contratada deverá dispor de profissionais com qualificação técnica reconhecida e experiência comprovada em projetos de adequação à LGPD na esfera pública, garantindo soluções escaláveis, seguras e compatíveis com os princípios da administração pública, notadamente os da legalidade, eficiência, publicidade e economicidade.

8. JUSTIFICATIVAS QUANTO AO PARCELAMENTO OU O NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO: (ART.18, §1º, INCISO VIII DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021)

Nos termos do art. 40 da Lei Federal nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deve ser promovido sempre que técnica e economicamente viável, com vistas a ampliar a competitividade e possibilitar a participação do maior número possível de licitantes.

A presente contratação não se mostra tecnicamente viável para parcelamento, tendo em vista que o objeto consiste na implementação de solução integrada de sistema de gestão de conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), estruturada em módulos interdependentes e funcionalmente correlacionados, cuja plena eficácia depende da atuação conjunta e coordenada de todos os seus componentes.

A eventual divisão do objeto em parcelas distintas — tais como módulos de inventário de dados, gestão de consentimento, avaliação de riscos (DPIA), relatórios de conformidade, monitoramento de incidentes e suporte técnico — acarretaria significativa fragmentação da responsabilidade técnica, ampliando riscos de incompatibilidade sistêmica, falhas de integração, sobreposição de funcionalidades e lacunas operacionais. Tal cenário comprometeria a eficiência administrativa, a governança de dados e a própria finalidade da contratação, que é assegurar conformidade normativa contínua e estruturada.

Ademais, o modelo pretendido (SaaS) pressupõe fornecimento unificado da solução, incluindo hospedagem, manutenção evolutiva e corretiva, atualizações automáticas, suporte técnico especializado e garantias

contratuais de nível de serviço (SLA). O parcelamento inviabilizaria a definição clara de responsabilidades sobre segurança da informação, disponibilidade do sistema, integridade dos dados e resposta a incidentes, elementos sensíveis no contexto da proteção de dados pessoais.

Sob o aspecto econômico, a fragmentação do objeto tenderia a gerar aumento de custos indiretos decorrentes de múltiplos contratos, gestão contratual mais complexa, necessidade de integração entre diferentes fornecedores e maior risco de disputas sobre falhas operacionais. A contratação integrada, por sua vez, favorece ganhos de escala, padronização tecnológica, maior previsibilidade orçamentária e redução do custo total de propriedade (TCO).

Ressalta-se, ainda, que o parcelamento somente é recomendável quando técnica e economicamente viável, sem prejuízo ao conjunto da solução. No caso em análise, verifica-se que a divisão do objeto comprometeria sua funcionalidade, a segurança jurídica da Administração e a efetividade da política de proteção de dados.

Dessa forma, conclui-se que o não parcelamento da contratação é medida que melhor atende ao interesse público, à eficiência administrativa e à adequada gestão de riscos, garantindo maior integração, responsabilidade unificada do fornecedor e conformidade plena com os requisitos técnicos e legais aplicáveis.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS (ART.18º, §1º, INCISO IX DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021)

A presente contratação visa promover a adequação integral da administração pública municipal à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018), por meio de serviços especializados de consultoria e da implantação de solução tecnológica segura e escalável. Espera-se que a execução contratual gere os seguintes resultados mensuráveis e benefícios institucionais:

- **Conformidade Legal e Segurança Jurídica**

Alcançar o pleno atendimento às exigências da LGPD e demais normativos correlatos (como o Decreto nº 10.046/2019 e a Lei nº 14.129/2021 – Governo Digital), mitigando riscos legais, evitando sanções administrativas e assegurando a conformidade das rotinas institucionais com os princípios da proteção de dados.

- **Aprimoramento dos Processos Administrativos**

Redução de falhas, retrabalhos e inconsistências, com ganho de eficiência e transparência na tramitação e gestão de documentos e dados pessoais. O mapeamento de fluxos permitirá a padronização de rotinas e a modernização das práticas administrativas.

- **Melhoria da Capacidade Técnica**

Capacitação e sensibilização dos servidores municipais quanto às diretrizes da LGPD e boas práticas de tratamento de dados, promovendo cultura organizacional voltada à segurança da informação, privacidade e responsabilidade institucional.

- **Eficiência Operacional e Digitalização**

Redução do tempo médio de tramitação documental, com eliminação de processos físicos, melhora na rastreabilidade de atos e ampliação do controle gerencial e estratégico. A solução SaaS trará automação, versionamento e comunicação integrada entre setores.

- **Inovação e Sustentabilidade**

Implantação de ferramenta tecnológica baseada em computação em nuvem, com alta disponibilidade, criptografia, backups automáticos e baixo impacto ambiental, atendendo às diretrizes de sustentabilidade e eficiência energética da administração pública.

- **Atendimento ao Cidadão com Mais Agilidade e Transparência**

Melhoria no tempo de resposta a demandas dos munícipes, acesso facilitado a informações, integridade e segurança no tratamento dos dados pessoais, o que reforça a confiança da população nas instituições públicas.

- **Fortalecimento da Imagem Institucional**

Reforço da credibilidade da gestão municipal perante órgãos de controle, sociedade civil e autoridades reguladoras, por meio da adoção de práticas modernas, éticas e responsáveis no tratamento de dados e na gestão documental.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (ART.18º, §1º, INCISO X DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021)

Previamente à celebração do contrato, a Administração deverá adotar um conjunto de providências administrativas e operacionais voltadas à adequada preparação institucional para a execução dos serviços de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, bem como para a implantação e operação da solução tecnológica integrada no formato Software as a Service (SaaS). Tais medidas visam assegurar a correta condução da gestão contratual, o acompanhamento efetivo das entregas previstas e a integração da solução com as rotinas administrativas da Administração Municipal.

Nesse sentido, recomenda-se a adoção das seguintes providências:

- **Designação formal do gestor e dos fiscais do contrato**, indicação de servidores responsáveis pelo acompanhamento técnico e administrativo da execução contratual, observando-se os princípios da segregação de funções e da responsabilidade individual, bem como a afinidade das atribuições com as áreas relacionadas à tecnologia da informação, gestão administrativa e governança de dados;
- **Definição de unidade institucional para a governança de dados pessoais**, que atuará como interface entre a Administração e a empresa contratada, contribuindo para o acompanhamento das atividades relacionadas ao diagnóstico de maturidade em proteção de dados, mapeamento de fluxos de dados pessoais, implementação de políticas internas e demais etapas do processo de adequação à LGPD;
- **Preparação da infraestrutura tecnológica e dos acessos institucionais necessários**, incluindo a disponibilização de credenciais, ambientes digitais e informações preliminares que permitam a correta implantação da solução tecnológica em ambiente SaaS, bem como a integração com os sistemas e bases de dados eventualmente utilizados pela Administração;

- **Levantamento e organização preliminar das informações institucionais relevantes**, tais como fluxos administrativos, documentos normativos internos, sistemas informatizados utilizados pelos diversos setores e demais elementos necessários para subsidiar as etapas de diagnóstico, mapeamento de dados e elaboração do plano de adequação à LGPD;
- **Planejamento da fase inicial de execução contratual**, com definição de cronograma preliminar de reuniões técnicas, apresentação da metodologia de trabalho pela empresa contratada, alinhamento com as unidades administrativas envolvidas e estabelecimento dos marcos de entrega previstos no contrato;
- **Capacitação inicial dos servidores designados para acompanhamento da contratação**, especialmente quanto aos fundamentos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), às responsabilidades da Administração Pública no tratamento de dados pessoais e às funcionalidades básicas da solução tecnológica a ser disponibilizada, de modo a possibilitar fiscalização contratual mais qualificada e alinhada às boas práticas de governança de dados;

A adoção dessas providências contribuirá para a adequada implantação das medidas de conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais no âmbito da Administração Pública Municipal, assegurando maior efetividade na execução contratual, melhor articulação entre os setores envolvidos e maior segurança jurídica no tratamento de dados pessoais sob responsabilidade do Município.

11.CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (ART.18º, §1º, INCISO XI).

A contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos em adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, combinada com o fornecimento e operação de solução tecnológica integrada no formato Software as a Service (SaaS), poderá demandar, no curso da execução contratual, a realização de contratações complementares destinadas a viabilizar a plena implementação das medidas de conformidade em proteção de dados no âmbito da Administração Pública Municipal.

Tais contratações não se configuram como condição prévia obrigatória para a celebração do contrato ora proposto, podendo ser avaliadas e implementadas conforme as necessidades identificadas durante o diagnóstico institucional e o processo de implantação das boas práticas de governança de dados pessoais.

Nesse contexto, destacam-se como possíveis contratações correlatas ou complementares:

a) Aquisição de ferramentas tecnológicas complementares - Poderá ser necessária a contratação de softwares, módulos ou soluções tecnológicas adicionais integráveis à plataforma principal fornecida no modelo SaaS, com o objetivo de ampliar funcionalidades e atender demandas específicas da Administração Municipal relacionadas à governança e ao tratamento de dados pessoais. Entre essas soluções, podem ser considerados:

- Sistemas de gestão de manifestações de usuários e titulares de dados, integrados à Ouvidoria municipal e aos canais institucionais de atendimento ao cidadão;
- Ferramentas de análise de dados, geração de relatórios gerenciais e mecanismos de monitoramento de indicadores relacionados à governança e à conformidade com a LGPD;

- Integrações com plataformas governamentais e sistemas institucionais utilizados pela Administração Pública, tais como sistemas de gestão eletrônica de documentos, plataformas de transparência e sistemas de atendimento ao cidadão.

Eventuais aquisições dessa natureza deverão observar critérios de interoperabilidade, segurança da informação e compatibilidade tecnológica com a solução principal, bem como as diretrizes técnicas e recomendações estabelecidas no processo de adequação conduzido pela empresa contratada.

b) Adequações estruturais físicas ou digitais - Conforme os resultados do diagnóstico institucional a ser realizado no âmbito da execução contratual, poderão ser identificadas necessidades de modernização ou adequação da infraestrutura tecnológica e organizacional da Administração Municipal, visando fortalecer os mecanismos de proteção e governança de dados pessoais. Nesse sentido, poderão ser demandadas iniciativas como:

- Ampliação ou modernização de recursos computacionais, incluindo infraestrutura de rede, armazenamento de dados, licenças de software ou outros componentes tecnológicos necessários ao suporte das atividades administrativas e à segurança da informação;
- Reorganização ou digitalização de acervos documentais físicos, bem como adequações nos ambientes de guarda e tratamento de documentos que contenham dados pessoais ou dados pessoais sensíveis;
- Implementação ou aprimoramento de mecanismos de segurança da informação e de conectividade institucional, de modo a assegurar níveis adequados de proteção, disponibilidade e integridade das informações tratadas no âmbito da Administração.

Dessa forma, conclui-se que, embora a contratação pretendida possa ser executada de forma autônoma, a plena consolidação da cultura institucional de proteção de dados e a efetiva implementação das diretrizes da LGPD poderão demandar, ao longo do tempo, a realização de contratações complementares ou ajustes estruturais, a serem avaliados conforme as necessidades identificadas no processo de adequação conduzido no âmbito da presente contratação.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL (ART.18º, §1º, INCISO XII).

Apesar de a natureza dos serviços contratados ser majoritariamente intelectual e digital, devem ser considerados impactos ambientais indiretos decorrentes da implementação da solução tecnológica, da execução das atividades de capacitação e da modernização da infraestrutura administrativa.

Entre os principais potenciais impactos ambientais associados ao projeto, destacam-se:

a) Consumo de Energia e Recursos Digitais

- A adoção de plataformas digitais, servidores em nuvem e soluções de gestão de documentos pode gerar aumento no consumo de energia elétrica, especialmente em datacenters.
- Ampliação do uso de equipamentos eletrônicos (computadores, redes e dispositivos de armazenamento) pode gerar maior demanda energética nas unidades administrativas.

b) Geração de Resíduos de Equipamentos Eletrônicos (REEE)

- Atualizações de infraestrutura física ou digital, eventualmente necessárias para viabilizar a implantação da LGPD, podem implicar na substituição de equipamentos obsoletos, gerando resíduos eletrônicos (monitores, HDs, CPUs, roteadores, etc.).
- O descarte inadequado desses resíduos representa risco à saúde humana e ao meio ambiente, conforme disposto na Lei nº 12.305/2010.

c) Medidas Mitigadoras e Compensatórias

Com vistas à minimização dos impactos ambientais e à promoção da sustentabilidade institucional, serão adotadas as seguintes providências:

- **Priorização de Soluções Tecnológicas Sustentáveis**
 - Serão priorizadas plataformas em nuvem (cloud computing) com alta eficiência energética, datacenters com certificações ambientais (ex: ISO 14001 ou ENERGY STAR), e fornecedores que adotem práticas sustentáveis;
 - Preferência por soluções que permitam uso racional de recursos computacionais, com compartilhamento de servidores (multi-tenant), escalabilidade e redução de equipamentos locais.
- **Gestão Adequada de Resíduos Tecnológicos**
 - Caso ocorram substituições de hardware, será exigido o descarte ambientalmente adequado dos equipamentos obsoletos, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos e regulamentações ambientais vigentes;
 - Estímulo à reciclagem e reutilização de equipamentos em bom estado, seja internamente, seja por meio de parcerias com cooperativas ou programas públicos de reaproveitamento.
- **Educação e Conscientização Sustentável**
 - Ações de conscientização ambiental poderão ser incluídas nas capacitações de servidores, abordando boas práticas no uso de recursos digitais, economia de energia e descarte correto de resíduos eletrônicos;
 - Estímulo ao uso consciente das ferramentas tecnológicas, evitando impressão desnecessária e promovendo rotinas digitais eficientes.

A execução contratual, portanto, observará os princípios da administração pública sustentável, buscando aliar inovação tecnológica, segurança jurídica e responsabilidade ambiental na implantação da LGPD no âmbito municipal.

13. PROVA DE CONCEITO

a) Justificativa quanto a prova de conceito

A prova de conceito, em analogia à fase de amostras, é uma das alternativas de que dispõe o gestor para assegurar a eficácia da contratação, pois, através dessa fase, é propiciado ao gestor o contato inicial com o serviço a ser ofertado após a celebração do contrato. É através dessa fase que o gestor poderá proceder a uma avaliação do serviço ou a uma série de testes, no intuito de verificar o atendimento do item cotado aos requisitos de qualidade, desempenho e, ainda, a especificação detalhada do objeto correspondente.

b) Convocação para a Prova de Conceito

Encerrada a fase de lances, a Administração convocará a licitante melhor classificada para realizar a Prova de Conceito no prazo máximo de **3 (três) dias úteis**, contados da convocação formal.

O não comparecimento ou a não realização da PoC no prazo estipulado implicará desclassificação da licitante, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

c) Forma de Realização a Prova de Conceito

A Prova de Conceito poderá ser realizada de forma presencial nas dependências da Administração; ou de forma remota, por meio de ambiente virtual controlado e **acompanhado pela equipe técnica designada, de acordo com o Termo de Referência.**

A licitante deverá disponibilizar ambiente funcional da plataforma, com acesso administrativo e operacional suficiente para demonstração prática das funcionalidades exigidas.

d) Escopo da Demonstração

A validação técnica abrangerá, no mínimo, a demonstração prática dos seguintes módulos e funcionalidades:

- I – Protocolo digital com rastreabilidade;
- II – Tramitação eletrônica de documentos;
- III – Assinatura digital com validação externa (QR Code ou link verificável);
- IV – Controle de perfis e permissões;
- V – Registro de logs e trilhas de auditoria (recurso antes/depois);
- VI – Dashboard com relatórios e indicadores;
- VII – Versionamento de processos;
- VIII – Funcionalidades de segurança (criptografia, autenticação multifator, HTTPS);
- IX – Rotinas de backup e mecanismos de recuperação;
- X – Recursos de acessibilidade previstos neste Termo.

A equipe técnica da Administração poderá solicitar a simulação de cenários operacionais para verificação da aderência funcional.

e) Critérios de Avaliação

A avaliação será objetiva, baseada em checklist previamente definido no Termo de Referência, considerando:

- Atendimento integral aos requisitos técnicos mínimos;
- Funcionamento efetivo das funcionalidades demonstradas;
- Conformidade com os requisitos de segurança da informação;
- Compatibilidade com as exigências legais (LGPD, LAI e demais normas aplicáveis).

f) Resultado

Ao final da demonstração, será lavrado relatório técnico circunstanciado pela comissão designada, indicando:

- Atendimento integral;
- Atendimento parcial (com possibilidade de saneamento imediato); ou
- Não atendimento dos requisitos essenciais.

Caso a solução seja considerada tecnicamente incompatível com as exigências deste Termo de Referência, a licitante será desclassificada, sendo convocada a próxima colocada, respeitada a ordem de classificação.

g) Vedação a Alterações Substanciais

Não será admitida, durante a PoC, a apresentação de funcionalidades inexistentes na solução originalmente ofertada ou a utilização de recursos não integrantes da plataforma padrão disponibilizada ao mercado.

14.JUSTIFICATIVAS:

a) Justificativa quanto aos serviços continuados:

A contratação possui natureza contínua devido à necessidade de adequação constante das práticas de tratamento de dados pessoais, o que exige não apenas a implementação de processos e tecnologias adequados, mas também o monitoramento contínuo para assegurar a conformidade com a legislação vigente, considerando que as atualizações normativas, as mudanças no cenário tecnológico e as necessidades de ajustes operacionais que demandam a manutenção e evolução constantes das atividades.

b) Justificativa quanto a adoção de critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações públicas:

Apesar de a natureza dos serviços contratados ser majoritariamente intelectual e digital, devem ser considerados impactos ambientais indiretos decorrentes da implementação da solução tecnológica, da execução das atividades de capacitação e da modernização da infraestrutura administrativa, conforme descrito no item 12. deste ETP.

c) Justificativa quanto a prova de conceito

A exigência de prova de conceito, quando eficaz, constituiu-se em ganho de eficiência às contratações do município, posto que permite a avaliação mais apurada e a verificação tangível dos serviços a serem executados, propiciando a escolha objetiva dos serviços ante as condições e especificações solicitadas no termo de referência.

Nesse aspecto, sabemos que possibilidade de exigência de amostra encontra embasamento na Lei Federal n.º 14.133/21, onde prevê:

Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:
IV - de julgamento;

§ 3º Desde que previsto no edital, na fase a que se refere o inciso IV do caput deste artigo, o órgão ou entidade licitante poderá, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, mediante homologação de amostras, exame de conformidade e prova de conceito, entre outros testes de interesse da Administração, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no termo de referência ou no projeto básico.

A prova de conceito faz-se relevante, posto que é na fase de julgamento, ou seja, de escolha dos fornecedores que se é possível realizar a mensuração de preços e serviços, logo, a Administração pode fazer a aferição qualitativa do valor a ser empregado em determinada despesa, não levando em consideração apenas o critério

de preços, o que por muitas vezes gera ineficiência na execução contratual, ao passo que nem sempre o preço ofertado corresponde ou se faz "jus" ao serviço executado pelo fornecedor e recebido pela Administração.

A finalidade da prova de conceito vai muito mais além do que um simples procedimento burocrático, não obstante permite a Administração aferir a compatibilidade material entre o objeto a ser executado pelo licitante e a solução hábil a satisfazer a real necessidade prospectada pela Administração.

Ademais, a contratação atende ao interesse público ao promover maior segurança jurídica, fortalecimento da governança institucional e transparência no tratamento de dados pessoais, contribuindo também para a eficiência administrativa mediante a redução de retrabalhos, a automação de processos e a geração de indicadores gerenciais que subsidiem a tomada de decisão.

d) Justificativa quanto a subcontratação.

A admissão da subcontratação de até 50% a ser utilizada na execução do contrato tem fundamento no art. 122 da Lei Federal nº 14.133/2021, que autoriza, mediante autorização expressa da Administração, a subcontratação parcial da execução contratual, sem prejuízo das responsabilidades legais do contratado principal.

Do ponto de vista técnico e operacional, essa possibilidade atende à necessidade de flexibilizar a prestação dos serviços, especialmente em contextos nos quais a contratada, embora vencedora do certame, opte por estruturar parte da operação com parceiros que atendam aos requisitos técnicos e legais exigidos, incluindo conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

A limitação da subcontratação a no máximo 50% garantem o controle da execução contratual, pois assegura que a empresa contratada mantenha responsabilidade direta sobre, no mínimo, metade da operação. Isso favorece o cumprimento dos padrões de qualidade exigidos, além de facilitar a fiscalização por parte da Administração.

Para garantir que a subcontratação não comprometa a segurança, a regularidade e a legalidade da execução contratual, será exigido que o contratado principal apresente documentação comprobatória da capacidade técnica da empresa ou profissionais subcontratados, os quais deverão estar habilitados conforme as normas legais. Essa documentação será formalmente avaliada pela Administração, como medida de controle e transparência.

A admissão da subcontratação parcial, com limites e exigências bem definidos, representa uma estratégia técnica e juridicamente válida, que amplia a competitividade, proporciona flexibilidade à execução e preserva a responsabilidade da contratada, sem comprometer a qualidade e a segurança do serviço prestado.

e) Justificativa quanto a garantia da contratação

A exigência de garantia justifica-se pela necessidade de mitigar riscos à Administração Pública e assegurar o cumprimento das obrigações contratuais por parte da empresa vencedora do certame. A contratação envolve serviços técnicos especializados para adequação institucional à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, bem como a implantação e operação de solução tecnológica de apoio à governança e gestão de dados pessoais. Eventuais falhas na execução contratual podem comprometer a implementação das medidas de conformidade, a segurança das informações institucionais e a regularidade do tratamento de dados no âmbito

da Administração Pública.

Além disso, a exigência de garantia contribui para assegurar que participem do certame empresas com capacidade técnica, operacional e financeira compatível com as obrigações assumidas, reforçando a confiabilidade da contratação e reduzindo o risco de descumprimento das obrigações contratuais ou de interrupção na execução dos serviços.

Diante disso, será exigida a garantia da contratação, conforme descrito a seguir:

- Será exigida a garantia da contratação conforme disposto nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, **no percentual de 5% (cinco por cento) do valor inicial da contratação**, também calculado com base no lote adjudicado à empresa contratada, em conformidade com o seguinte trecho da Nova Lei de Licitações:

Art. 98. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia poderá ser de até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até 10% (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos.

A garantia poderá ser prestada por meio de seguro-garantia, caução em dinheiro ou fiança bancária, e a parte adjudicatária deverá apresentá-la, impreterivelmente, até a data da assinatura do contrato.

f) Justificativa quanto a vedação de participação de consórcio:

Justifica-se a vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio, haja vista a plausibilidade da ampliação da competitividade, sobretudo, mediante a possibilidade de participação de empresas de pequeno e médio porte, especialmente pelo objeto tratar-se de serviço comum, ou seja, de objeto divisível, onde a pluralidade de empresas pode ser facilmente utilizadas sem que haja a soma de capacidades para o mesmo fim.

Outro ponto quanto a não complexidade do objeto, entende-se que a ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital, o que não é o caso.

Nessa lógica, a definição atualmente adotada pela Administração busca ampliar o universo de potenciais licitantes, ao mesmo tempo em que assegura o atendimento integral das necessidades identificadas no planejamento da contratação.

g) Justificativa quanto a NÃO adoção do SRP:

A decisão pela não adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos em adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, combinada com o fornecimento e operação de solução tecnológica integrada no formato Software as a Service (SaaS) está fundamentada nas especificidades do objeto contratual e nas diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021.

Trata-se de contratação de natureza técnica e estratégica, cuja execução envolve diagnóstico institucional, mapeamento de fluxos de dados pessoais, implementação de políticas e procedimentos de governança em proteção de dados e disponibilização de solução tecnológica de suporte à gestão dessas atividades. Tais serviços exigem abordagem personalizada e alinhada às particularidades administrativas de cada órgão ou secretaria, o que inviabiliza a padronização de condições contratuais e de preços para fins de registro prévio.

A adoção do SRP mostra-se mais adequada a situações que admitam contratações frequentes e homogêneas, o que não se aplica ao presente caso, dada a singularidade das soluções demandadas, a necessidade de propostas customizadas e a especificidade técnica exigida dos prestadores de serviço. A adequação à LGPD demanda planejamento estruturado, diagnóstico específico da realidade institucional e execução metodológica definida, elementos que exigem contratação direcionada e previamente delimitada.

Além disso, a seleção da proposta mais vantajosa deverá considerar não apenas o preço, mas também a adequação técnica da solução proposta, a metodologia de implantação e a compatibilidade da plataforma tecnológica com as necessidades da Administração, aspectos que demandam procedimento licitatório específico e análise detalhada das propostas apresentadas.

Portanto, a não adoção do SRP revela-se a medida mais adequada, segura e eficiente para a Administração, permitindo a contratação de solução técnica compatível com as necessidades institucionais, assegurando qualidade na implementação das medidas de conformidade à LGPD e garantindo a vantajosidade da contratação sob os aspectos técnico, operacional e administrativo.

h) Justificativa quanto ao critério de julgamento

Por fim, com este entendimento justificado no item 8. deste ETP, em julgado, o Tribunal de Contas da União, quando decidiu pelo indeferimento de pedido de divisão do objeto licitado em itens, por considerar que a reunião dos itens em um lote, desde que devidamente justificada pela área demandante ou pelo pregoeiro, afasta a possibilidade de restrição indevida à competitividade. (Acórdão 1.16712012 – TC 000.431/2012-5 - TCU - Plenário - Relator: José Jorge).

Essa mesma Corte se pronunciou através do Acórdão nº 732/2008, no seguinte sentido: "... a questão da viabilidade do fracionamento deve ser decidida com base em cada caso, pois cada obra tem as suas especificidades, devendo o gestor decidir analisando qual a solução mais adequada no caso concreto."

Dessa forma, verifica-se que o entendimento do Tribunal de Contas tem sido o de que a divisão do objeto em itens distintos deve ser auferida sempre no caso concreto, devendo ser aplicada a opção mais vantajosa para a Administração Pública, desde que não haja restrição à competitividade.

Assim, dentro da competência discricionária que é assegurada à Administração, optou-se por adotar o critério de julgamento menor preço por lote, que se reputa mais ajustado às necessidades e eficiência administrativas no presente caso.



15.POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (ART.18, §1º, INCISO XIII DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021)

Considerando o levantamento técnico realizado, verifica-se que a contratação pretendida é viável, necessária e vantajosa para a administração pública municipal, especialmente diante da obrigatoriedade legal de conformidade à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018), bem como da necessidade de modernização e digitalização dos processos internos.


A ausência de equipe interna com especialização técnica em proteção de dados, associada à inexistência de mapeamento de processos e à carência de solução tecnológica integrada, evidencia a inviabilidade da execução direta por meios próprios, conforme preconiza o art. 11, inciso III da Lei nº 14.133/2021.


Além disso, a contratação atende ao interesse público ao promover maior segurança jurídica, fortalecimento da governança institucional e transparência no tratamento de dados pessoais, contribuindo também para a eficiência administrativa por meio da redução de retrabalhos, da automação de processos e da geração de indicadores gerenciais que auxiliem na tomada de decisões.


Ademais, assegura economicidade e racionalidade na aplicação dos recursos públicos ao consolidar múltiplas soluções em uma contratação, mantendo-se alinhada aos princípios da legalidade, eficiência, sustentabilidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

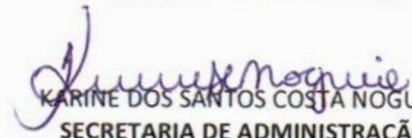
Aquiraz/CE, 05 de março de 2026.



ANTÔNIO NEIRTON DOS SANTOS SILVA
SECRETARIA DE FINANÇAS
ORDENADOR DE DESPESAS



CARLOS ROBSON SOARES LEITE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ORDENADOR DE DESPESAS


ALBA ELISA DAVID DE LIMA CÂMARA
SECRETARIA DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
ORDENADOR DE DESPESAS


DAVID FAUSTINO DE LIMA
SECRETARIA DE SAÚDE
ORDENADOR DE DESPESAS


KARINE DOS SANTOS COSTA NOGUEIRA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E
PLANEJAMENTO
ORDENADOR DE DESPESAS


HUMBERTO BRUNO QUEIROZ SENA
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO HUMANO
ORDENADOR DE DESPESAS


ALEX FABIANNO PINHEIRO BRILHANTE
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO
ORDENADOR DE DESPESAS

TERMO DE REFERÊNCIA

Nº 2026.03.05.01 - TR.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Objetivo

Este Termo de Referência tem por finalidade fornecer elementos necessários e suficientes, os quais, baseados nos dados constantes dos estudos técnicos preliminares acostados aos autos, servirão para realização de procedimento administrativo, cujas especificações técnicas e demais condições encontram-se detalhados no presente documento, conforme disposto nos arts. 6º, incs. X, XIII e XXIII, 18, 23, 40, 41 e 82, da Lei nº 14.133/2021, regulamentados pelo Decreto nº 052/2023 de 06 de julho de 2023.

2. INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS, EXPOSIÇÃO DE NECESSIDADE, DETALHAMENTO E PLANEJAMENTO DO OBJETO.

2.1. Órgão (s) Interessado (s):

Controladoria Geral do Município
Secretaria de Finanças
Secretaria de Administração e Planejamento
Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano
Secretaria de Educação
Secretaria de Saúde
Secretaria do Trabalho e Assistência Social

2.2. Objeto:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos em adequação à lei geral de proteção de dados pessoais, combinada com o fornecimento e operação de solução tecnológica integrada no formato SaaS de interesse das diversas secretarias do Município de Aquiraz/CE.

2.3. Justificativa:

A presente contratação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos voltados à adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), combinada com o fornecimento e operação de solução tecnológica integrada no formato SaaS (Software as a Service), destinada ao atendimento das demandas das diversas Secretarias do Município de Aquiraz.

A necessidade da contratação decorre da obrigatoriedade legal imposta pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, que estabelece diretrizes e normas para o tratamento de dados pessoais por pessoas jurídicas de direito público e privado, impondo à Administração Pública deveres específicos relacionados à governança de dados, transparência, segurança da informação, prevenção de incidentes e responsabilização.

No âmbito municipal, as diversas Secretarias realizam, de forma contínua e estruturante, o tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis, abrangendo informações de servidores, cidadãos, contribuintes, usuários de políticas públicas e fornecedores. Tal realidade impõe a necessidade de implementação de um

programa institucional de conformidade com a LGPD, com abordagem transversal, padronizada e tecnicamente estruturada.

A contratação de empresa especializada mostra-se imprescindível, considerando que a adequação à LGPD envolve atividades técnicas complexas, tais como:

- Mapeamento e inventário de dados pessoais;
- Identificação de bases legais de tratamento;
- Elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados (DPIA);
- Implementação de políticas e normativos internos;
- Estruturação de governança e fluxos de resposta a incidentes;
- Capacitação de servidores;
- Implementação de mecanismos de controle, monitoramento e auditoria.

Além da assessoria técnica especializada, faz-se necessária a disponibilização de **solução tecnológica integrada em modelo SaaS**, capaz de suportar operacionalmente a gestão da conformidade, incluindo inventário de dados, controle de riscos, gestão de consentimentos, registro de operações de tratamento, geração de relatórios, dashboards gerenciais e controle de incidentes.

A adoção do modelo SaaS apresenta vantagens técnicas e operacionais relevantes, tais como:

- Atualizações automáticas e contínuas conforme evolução normativa;
- Infraestrutura em nuvem com alta disponibilidade;
- Redução da necessidade de investimento em infraestrutura própria;
- Suporte técnico especializado com níveis de serviço (SLA);
- Escalabilidade para atendimento às diversas Secretarias;
- Maior segurança da informação e padronização de processos.

Destaca-se que a adequação à LGPD não se resume à aquisição de ferramenta tecnológica, mas exige atuação combinada entre consultoria técnica especializada e sistema estruturado de governança, motivo pelo qual a contratação integrada mostra-se mais eficiente e adequada ao interesse público.

Ademais, a ausência de implementação estruturada pode expor o Município de Aquiraz a riscos jurídicos, administrativos e reputacionais, incluindo responsabilização por tratamento irregular de dados, sanções administrativas e comprometimento da confiança institucional perante a sociedade.

Portanto, a contratação pretendida revela-se medida necessária, adequada e proporcional para assegurar a conformidade legal, fortalecer a governança de dados no âmbito municipal e promover maior segurança jurídica, eficiência administrativa e proteção aos direitos fundamentais dos titulares de dados pessoais.

2.4. Do Plano de Contratação Anual - PCA:

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

→ ID do PCA no PNCP:

Nº	UNIDADE ADMINISTRATIVA	Número do Plano de Contratação Anual – PCA 2026:
1	06 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	07911696000157-0-000001/2026
2	07 - SECRETARIA DE FINANÇAS	07911696000157-0-000005/2026
3	08 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	07911696000157-0-000004/2026
4	12 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO URBANO	07911696000157-0-000007/2026
5	13 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	29987149000198-0-000001/2026
6	15 - SECRETARIA DE SAÚDE	11426115000169-0-000001/2026
7	16 - SECRETARIA DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	14605316000111-0-000001/2026

→ Data de publicação no PNCP 07/10/2025

2.5. Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso:

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico constante dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, anexo ao presente procedimento administrativo.

3. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, DOS RECURSOS FINANCEIROS E ESTIMATIVA DA DESPESA

3.1. Dotação (ões) orçamentária(s):

ÓRGÃO	UNIDADE ORÇ.	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/P-A/Nº DO PROJETO E ATIVIDADE	FONTE	ELEMENTO DE DESPESAS	SUB- ELEMENTO
06	0601	04 122 0002 2.025	15000000000	3.3.90.40.00	3.3.90.90.40.79
07	0701	04 122 0002 2.030	15000000000	3.3.90.40.00	3.3.90.90.40.79
08	0801	12 122 0002 2.036	15000000000	3.3.90.40.00	3.3.90.90.40.79
12	1201	18 122 0002 2.067	15000000000	3.3.90.40.00	3.3.90.90.40.79
13	1301	12 122 0002 2.080	1500100100	3.3.90.40.00	3.3.90.90.40.79
15	1501	10 122 0002 2.120	1500100200	3.3.90.40.00	3.3.90.90.40.79
16	1604	08 122 0002 2.168	15000000000	3.3.90.40.00	3.3.90.90.40.79

3.2. Valor global estimado:

R\$ 510.370,08 (quinhentos e dez mil, trezentos e setenta reais e oito centavos).

3.3. Metodologia do orçamento:

Orçamento baseado em pesquisas de preços de dados coletados no sistema eletrônico de coleta de preços m2a tecnologia, através do link:

http://precodereferencia.m2atecnologia.com.br/preco_de_referencia/cotacao/171396/#item_cotacao

4. REQUISITOS GERAIS DA CONTRATAÇÃO.

4.1. Condições Gerais:

4.1.1. A presente contratação caracteriza-se como serviço continuado de natureza predominantemente intelectual, envolvendo a prestação de serviços técnicos especializados voltados à adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), combinados com o fornecimento e operação de solução tecnológica integrada no modelo Software as a Service (SaaS).

4.1.2. A execução contratual dar-se-á de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global, compreendendo a integração entre serviços técnicos especializados, implantação tecnológica, suporte contínuo e capacitação dos usuários.

4.1.3. A solução deverá ser executada de forma integrada e contínua, abrangendo diagnóstico institucional, implementação de governança em privacidade, adequação jurídica e operacional à LGPD e disponibilização de plataforma digital de gestão.

4.1.4. A solução tecnológica deverá operar integralmente em ambiente de computação em nuvem (cloud computing), com acesso via web, alta disponibilidade, escalabilidade, segurança da informação, controle de acessos, trilhas de auditoria e rotinas de backup.

4.1.5. A execução do objeto será indivisível sob o ponto de vista técnico, não sendo admitida fragmentação que comprometa a efetividade da solução.

4.1.6. A contratada deverá disponibilizar equipe técnica multidisciplinar qualificada, compatível com a complexidade do objeto.

4.1.7. O atendimento deverá ocorrer em modelo híbrido (presencial e remoto), garantindo suporte contínuo e formalização das demandas.

4.1.8. Deverão ser observados níveis mínimos de serviço (SLA), assegurando tempestividade, continuidade e qualidade da prestação.

4.1.9. A solução deverá suportar número ilimitado de usuários e acessos simultâneos, garantindo desempenho adequado.

4.1.10. A execução deverá observar rigorosamente as normas de segurança da informação e proteção de dados pessoais.

4.1.11. A contratada será responsável pela manutenção, atualização, suporte técnico e adequação contínua da solução.

4.2. Sustentabilidade:

4.2.1. A presente contratação — voltada a serviços técnicos em adequação à lei geral de proteção de dados pessoais, combinada com o fornecimento e operação de solução tecnológica integrada no formato SaaS — não envolve fornecimento de bens físicos ou insumos de informática, como equipamentos, toners, baterias ou impressoras. No entanto, considerando o caráter digital e contínuo da solução contratada, identificam-se possíveis impactos ambientais indiretos decorrentes da operação dos sistemas, especialmente no que diz respeito ao consumo energético de servidores e centros de dados, bem como ao uso de recursos computacionais em nuvem.

4.2.2. A contratada será incentivada a adotar práticas de logística de distribuição que reduzam a emissão de carbono, como o uso de rotas otimizadas.

4.3. Da subcontratação:

4.2.1. Será admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme previsão constante do Estudo Técnico Preliminar - ETP.

4.4. Garantia da contratação:

4.3.1. haverá exigência da garantia da contratação nos termos possibilitados no artigo 96 e seguintes da Lei nº 14.133, bem como, as razões constantes do Estudo Técnico Preliminar - ETP.

4.5. Da exigência de prova de conceito:

4.5.1. A justificativa para fins de exigência de prova de conceito é aquela constante do Estudo Técnico Preliminar - ETP.

Procedimentos:

A licitante provisoriamente classificada, pós a fase de lances, será convocada pela pregoeira, via sistema, fazer a amostragem das funcionalidades dos sistemas ofertados, submetendo-se à Prova de Conceito - POC, etapa complementar à comprovação da capacidade técnica para efeitos de habilitação.

Após a notificação da pregoeira, via sistema, a empresa provisoriamente classificada, deverá entrar em contato com a Controladoria Geral do Município, no prazo de até 24 (vinte e quatro horas), pelo e-mail: controladoria@aqiraz.ce.gov.br, ou no endereço: **Paço Municipal Carlos Augusto Matos Pires - Rua da Integração, Centro, Aquiraz-CE**. Ressaltamos que em ambos os casos, a empresa deverá encaminhar documento solicitando o agendamento da Prova de Conceito.

Para aprovação o sistema terá que atender a no mínimo **90% (noventa por cento)** das especificações mínimas obrigatórias exigidas neste Termo de Referência, que equivale a **40 itens da prova de conceito, aproximadamente**. A empresa será considerada aprovada caso consiga demonstrar conformidade com, no mínimo, 90% dos itens especificados, ficando, contudo, advertida de que os itens não atendidos deverão ser produzidos e entregues até a implantação do sistema.

A análise da homologação e consequente adjudicação do objeto à proponente vencedora ficará vinculada à Prova de Conceito e comprovação de que a vencedora do certame atende as especificações mínimas obrigatórias exigidas neste Termo de Referência.

A Prova de Conceito será verificada pela Comissão Técnica designada para fins de elaboração de parecer a respeito da aprovação ou não do sistema proposto.


A realização da Prova de Conceito ocorrerá em sessão pública e poderá ser acompanhada pelas demais licitantes, sendo vedada qualquer manifestação, durante a realização do exame. Qualquer manifestação das outras licitantes poderá ser consignada em ata após a realização do exame ou por meio de recurso, quando aberta a fase destinada para esse fim;

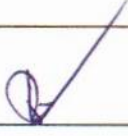
Caso a licitante melhor classificada tenha sua proposta desclassificada da licitação, caberá ao(à) Agente de Contratação dar continuidade ao processo, convocando a próxima licitante para os atos processuais necessários e posterior demonstração da Prova de Conceito, se for o caso, respeitando prazo para recursos.

A Comissão Técnica deverá analisar os seguintes critérios, visando estabelecer a pontuação da licitante:

ITENS DA PROVA DE CONCEITO:

ITENS	APROVADO? (SIM/NÃO)
1. Login com recuperação de senha	
2. Login com segurança automática contra robôs – sem precisar lançar desafios reCAPTCHA ao usuário – deve fornecer como uma espécie de reCAPTCHA automático para não atrapalhar a experiência do usuário	
3. Tela de boas-vindas com <i>dashboard</i> contendo gráficos e relatórios com as seguintes informações - Processos com prazos próximos ao vencimento; - Agrupamento estatístico de processos de acordo com seus status; - Agrupamento estatístico de processos de acordo com seus tipos; - Central de mensagens e alertas do usuário	
4. Recursos de acessibilidade: - Alto contraste; - Fonte +; - Fonte –.	
5. Área de ajuda com manual	
6. Central de atualizações do sistema	
7. Central de suporte	
8. Cadastro de usuários do tipo administrador master	
9. Cadastro de usuários do tipo operador, com configurações de permissões individualizadas	
10. Permitir associação de certificado digital A1 ao usuário cadastrado	
11. Alerta parametrizável se o usuário está de férias	
12. Alerta parametrizável se o usuário está de atestado médico.	
13. Módulo de auditoria de ações de usuários, onde seja possível: - Pesquisar as ações por módulo - Por submódulo;	<input checked="" type="checkbox"/>

- Por usuário; - Por código do registro; - Exportar informações.	
14. Todas os registros/logs de alterações deverão guardar a informação de como os campos do registro estavam e como os campos ficaram depois da alteração. Recurso Antes/Depois.	
15. Assinaturas digitais - Permitir que múltiplos usuários assinem eletronicamente o documento, mostrando o registro e validação de todas as assinaturas	
16. Assinaturas digitais - Permitir validação externa dos documentos assinados pela plataforma por QR-Code e também por URL + Código	
17. Papel timbrado padrão, para que os modelos de documentos possam receber uma padronização de cabeçalho e rodapé (timbrado oficial)	
18. Repositório de modelo de processos contendo: - Tipo de processo; - Nome do modelo; - Plugin HTML para edição do modelo com recursos como alinhamento, tipo de fonte, negrito, itálico, tabelas, numeração, entre outros - Etapas do processo	
19. Possibilidade de associar os usuários ao plano de cargos em até 5 níveis.	
20. Processos > Listagem - Filtrar por pelo menos 10 campos diferentes de busca.	
21. Processos > Listagem - Exportação de registros	
22. Processos > Listagem - Alerta de urgências	
23. Processos > Listagem - Indicativo visual de prazo com contador (quantos dias faltam para o prazo final)	
24. Processos > Listagem - Indicativo visual de prazo com cores (vermelho para próximo de vencer ou vencido e demais cores de acordo com a lógica do sistema)	
25. Processos > Listagem - Indicativo visual de andamento, indicando o percentual de conclusão das tarefas associadas à um processo.	
26. Processos > Recursos - Anexos	

27. Processos > Recursos - Versionamento do processo, mantendo as versões	
28. Processos > Recursos - Usuários associados ao processo que possuem pendências a resolver e usuários associados ao processo que já concluíram suas ações.	
29. Processos > Recursos - Quem visualizou o processo	
30. Processos > Recursos - Quem assinou o processo	
31. Processos > Recursos - Histórico de ações do processo	
32. Processos > Recursos - Permitir cancelamento de processo	
33. Processos > Recursos - Convidar outros usuários para o processo, atribuindo-lhes ações	
34. Processos > Recursos - Permitir enviar o processo para usuários externos da plataforma	
35. Documentos oficiais > Listagem - Filtrar por pelo menos 10 campos diferentes de busca.	
36. Documentos oficiais > Listagem - Permitir exportação de registros	
37. Documentos oficiais > Listagem - Indicativo de documentos urgentes	
38. Documentos oficiais > recursos - Armazenar histórico de versões alteradas do documento	
39. Documentos oficiais > recursos - Criar um documento baseado no banco de modelos	
40. Documentos oficiais > recursos - Criar um documento novo, sem usar modelos	
41. Documentos oficiais > recursos - Enviar documento para usuários externos da plataforma	
42. Disparos de notificações - Envio de notificações ilimitadas por e-mail e por SMS.	

<p>43. Integrações > Cidadãos</p> <p>A plataforma deverá possuir recurso de importação automática e frequente de cidadãos de modo que os usuários/cidadãos já cadastrados em outros sistemas em uso da contratante possam ser levados automaticamente para o ambiente novo, sem necessidade de cadastro nos 2 ambientes.</p>	
<p>44. Integrações > Login</p> <p>A plataforma deverá possuir recurso de integração automática de login de modo que quando um usuário/cidadão estiver logado em outro sistema já utilizado pela contratante, esse login possa ser aproveitado nessa plataforma, permitindo a criação de novos protocolos, sem solicitar novo cadastro ou novo login.</p>	

Para efeito de prova de conceito será necessário apresentar os itens através de sistema ou site online comprovadamente desenvolvido e mantido pela Contratada.

A prova de conceito deverá ser conduzida da seguinte forma:

- A licitante apresentará item por item, na ordem estabelecida da tabela acima;
- À critério da equipe da contratante, os itens apresentados poderão ser testados, simulando situações reais de gravação, alteração, visualização etc. ou ainda solicitado esclarecimentos complementares para que possam formar opinião inequívoca se aquele item foi atendido na íntegra ou não;
- Para cada item, no campo ao lado da lista, será marcado Sim ou Não para atendido;
- Terá sido aprovada a empresa que conseguir demonstrar o **mínimo de 90% (noventa por cento) dos itens, que equivale a 40 itens**, mas ficará advertida que os itens faltantes deverão ser produzidos e entregues até a implantação;
- Caso a empresa não tenha atingido o mínimo exigido (nos casos de 90% ou inferior), estará desclassificada e a próxima colocada será convocada.

IMPORTANTE: Na ocasião da entrega final a empresa deverá entregar o projeto contendo TODOS os itens que constam na tabela

5. DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE EXECUÇÃO/PRESTAÇÃO

5.2. Local de execução do Objeto

5.2.1. Os serviços deverão ser executados conforme designado na **ORDEM DE SERVIÇO/AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO/NOTA DE EMPENHO** emitida pelo órgão demandante.

5.3. Forma de execução, acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços

5.3.1. A Execução dos serviços licitados acontecerá de acordo com a necessidade do órgão interessado durante o prazo de contratação, mediante a expedição de **ORDENS DE SERVIÇO/AUTORIZAÇÕES DE EXECUÇÃO/NOTAS DE EMPENHO**, pelo órgão demandante.

5.3.2. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor do órgão demandante, o qual deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento.

5.3.3. A presença da fiscalização do órgão demandante não elide nem diminui a responsabilidade da empresa contratada.

5.3.4. Caberá ao servidor designado rejeitar totalmente ou em parte, qualquer bem que não esteja de acordo com as exigências, bem como, determinar prazo para readequação de serviço eventualmente fora de especificação.

5.3.5. A contratada deverá disponibilizar atendimento técnico remoto e presencial, quando for o caso. O tempo de resposta para início do atendimento técnico remoto não deverá ultrapassar 2(duas) horas e presencial 48 (quarenta e oito) horas, a partir da abertura do chamado.

5.3.6. Em caso de erro irreparável ou necessidade de manutenção prolongada nos sistemas, a contratada deverá providenciar os ajustes e correção em até 1(um) útil, sem interrupção das atividades da Administração.

5.4. Prazo para início

5.4.1. Os serviços deverão ser iniciados no prazo de até **05 (cinco) dias corridos**, a contar da emissão da **ORDEM DE SERVIÇO/AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO/NOTA DE EMPENHO, que será enviada à contratada através de e-mail** ou outro meio que comprove o seu recebimento.

5.4.2. A demanda correspondente a **ORDEM DE SERVIÇO/AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO/NOTA DE EMPENHO** deverá ser entregue em remessa única.

5.4.3. A entrega e instalação dos equipamentos deverá ser nos locais designados pela Administração, no prazo acima definido, garantindo sua total operacionalização, incluindo instalação de softwares básicos, configuração de rede e testes de funcionamento.

6. DA FORMA DE PAGAMENTO

6.2. Forma de pagamento

6.2.1. O pagamento será efetuado na proporção de **EXECUÇÃO/PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**, em até **30 (trinta) dias** após a emissão da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, mediante a constatação da execução definitiva, através de atesto do recebimento dos serviços e o encaminhamento da documentação necessária, observada todas as disposições pactuadas, bem como, a ordem cronológica de pagamentos, definida pela Administração.

6.2.2. Para fins de instrução dos procedimentos de pagamento, além dos documentos citados no subitem anterior, o fornecedor deverá enviar obrigatoriamente a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, constante da seguinte documentação:

- a) Nota Fiscal/fatura discriminativa, em via única, devidamente atestada pelo gestor do contrato;
- b) Prova de Regularidade relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive em relação as contribuições sociais;
- c) Prova de Regularidade relativa a Fazenda Estadual;

- d) Prova de Regularidade relativa a Fazenda Municipal;
- e) Prova de Regularidade relativa ao FGTS;
- f) Prova de Regularidade relativa à Justiça do trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT).

6.2.3. O setor competente quanto aos pagamentos realizará a consulta dos documentos apresentados por meio de verificação on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.4. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 6.2.4.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- 6.2.4.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.2.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.2.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.2.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.2.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

6.2.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.2.10. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.3. Conforme Decreto Municipal nº 055/2023, de 13/07/2023, que dispõe sobre a retenção na fonte do imposto de renda nos pagamentos efetuados pelos órgãos da administração pública municipal direta, fica determinado que:

- a) Os Órgãos da Administração Pública Municipal Direta, bem como suas Autarquias e Fundações, ficam obrigados a efetuar a retenção, na fonte, do Imposto de Renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem às pessoas físicas e jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, com base na Instrução Normativa nº 1.234/2012, e alterações, da Receita Federal do Brasil.

- a.1) As retenções de que trata o "caput" deste artigo serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os que forem antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços para entrega futura.
- b) Não estão sujeitos à retenção do Imposto de Renda na Fonte os pagamentos realizados às pessoas físicas e jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços nas hipóteses previstas no art. 4º da Instrução Normativa nº 1.234/2012.

Parágrafo único. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero do Imposto de Renda devem informar essa condição em seus documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do imposto sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7.2. O contrato produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e vigorará pelo período de 12 (doze) meses, prorrogável na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REQUISITOS ESPECÍFICOS DO PROCEDIMENTO

8.2. Da forma de apresentação das propostas

8.2.1. Na proposta de preços deverá constar as especificações detalhadas do item, quantidade solicitada, o valor unitário e total, já considerando todas as despesas, tributos, impostos, taxas, encargos e demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre os serviços, mesmo que não estejam registrados neste documento.

8.2.2. A licitante deverá garantir a execução dos serviços, e se caso constatado alguma imperfeição, terão os itens reexecutados e a licitante submetida às penalidades da Lei, além do registro da falha no Cadastro de Fornecedores Municipais.

8.2.3. Será considerada vencedora a licitante cuja proposta contenha o **MENOR PREÇO GLOBAL**, desde que atenda as exigências contidas neste Termo de Referência.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de fornecimento será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

9.8. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

9.9. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

9.10. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

9.11. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

9.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

9.13. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

9.14. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

9.15. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

9.16. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ORDEM DE SERVIÇO/AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO/nota de empenho, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

9.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

9.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

9.19. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

9.20. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

9.21. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

9.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

10. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES:

10.1 As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do instrumento convocatório, da Lei Nº. 14.133/21.

10.2 São obrigações do contratante, nos termos do art. 92, X, XI e XIV da Lei Federal n.º 14.133/21:

10.2.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

10.2.2 Atestar a execução do objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

10.2.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

10.2.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

10.2.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.

10.2.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

10.2.8 Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

10.2.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.2.10 A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, nos termos do art. 123, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021 e o art. 28, do Decreto n.º 11.246, de 2022, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.2.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês, nos termos do art. 123, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021.

10.2.12 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

10.2.13 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.2.14 Indicar o local e horário em que deverão ser executados os serviços.

10.2.15 Permitir ao pessoal da CONTRATADO acesso ao local da execução desde que observadas as normas de segurança.

10.3 São obrigações do contratado, nos termos do art. 92, XIV, XVI e XVII da Lei Federal n.º 14.133/21:

10.3.10 Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

a) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

b) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

c) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

d) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

e) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

f) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

- g) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- h) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- i) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- j) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- k) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- l) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- m) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- n) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.
- o) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- p) Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, se for o caso, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.
- q) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- r) Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- s) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- t) Assinar e devolver a **ORDEM DE SERVIÇOS/AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO/NOTA DE EMPENHO** ao Município de Aquiraz/CE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data do seu recebimento.

- u) Executar os serviços licitados no prazo máximo estabelecido neste termo de referência, contados do recebimento da **ORDEN DE SERVIÇOS/AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO/NOTA DE EMPENHO**, nos locais determinados pelo órgão solicitante, observando rigorosamente as especificações contidas no termo de referência, nos anexos e disposições constantes de sua proposta de preços, assumindo a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência da celebração do contrato.
- v) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 125º da Lei n.º 14.133/21.
- w) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de Aquiraz/CE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao mesmo, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato.
- x) No caso de constatação da inadequação do objeto licitado às normas e exigências especificadas neste termo de referência, no edital ou na proposta de preços da CONTRATADA, a CONTRATANTE os recusará, devendo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas ser adequados às supracitadas condições.

11 INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário que, com dolo ou culpa:

- a) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- b.1) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - b.2) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - b.3) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - b.4) deixar de apresentar amostra;
 - b.5) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a assinatura de tais instrumentos, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- f) fraudar a licitação;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:



- h) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- i) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- j) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.1.1 Serão aplicadas ao licitante/adjudicatário que incorrer nas infrações acima descritas, garantida a defesa prévia, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.2 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) as peculiaridades do caso concreto
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.1.3 Para fins de dosimetria e cálculo das penalidades acima impostas, estas tomarão como base os parâmetros delineados no tópico a seguir.

11.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que, com dolo ou culpa:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2.1 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) **Multa:**

d.1) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

d.2) Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.2.2A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.2.3Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.4Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 05 (CINCO) DIAS úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.2.5Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.6Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.2.7A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.2.8Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.2.9Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.2.10 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para

provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.11 O Contratante deverá, no prazo máximo 05 (CINCO) DIAS úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.12 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.2.13 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

12 DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1 Contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;


12.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;


12.4.3 Indenizações e multas.

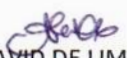
12.5 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).


12.6 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.


Aquiraz (CE), 05 de março de 2026.



ANTÔNIO NEIRTON DOS SANTOS SILVA
SECRETARIA DE FINANÇAS
ORDENADOR DE DESPESAS



CARLOS ROBSON SOARES LEITE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ORDENADOR DE DESPESAS


ALBA ELISA DAVID DE LIMA CÂMARA
SECRETARIA DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
ORDENADOR DE DESPESAS


DAVID FAUSTINO DE LIMA
SECRETARIA DE SAÚDE
ORDENADOR DE DESPESAS


KARINE DOS SANTOS COSTA NOGUEIRA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E
PLANEJAMENTO
ORDENADOR DE DESPESAS


HUMBERTO BRUNO QUEIROZ SENA
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO HUMANO
ORDENADOR DE DESPESAS


ALEX FABIANNO PINHEIRO BRILHANTE
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO
ORDENADOR DE DESPESAS

ANEXO I

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QTE	VALOR UNIT	VALOR MÉDIO GLOBAL
1	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos em adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, combinada com o fornecimento e operação de solução tecnológica integrada no formato SAAS de interesse da Controladoria Geral do Município.	MÊS	12	R\$ 5.016,67	R\$ 60.200,04
2	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos em adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, combinada com o fornecimento e operação de solução tecnológica integrada no formato SAAS de interesse da Secretaria de Finanças.	MÊS	12	R\$ 6.095,00	R\$ 73.140,00
3	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos em adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, combinada com o fornecimento e operação de solução tecnológica integrada no formato SAAS de interesse da Secretaria de Administração e Planejamento.	MÊS	12	R\$ 6.012,50	R\$ 72.150,00
4	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos em adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, combinada com o fornecimento e operação de solução tecnológica integrada no formato SAAS de interesse da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano.	MÊS	12	R\$ 6.050,00	R\$ 72.600,00
5	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos em adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, combinada com o fornecimento e operação de solução tecnológica integrada no formato SAAS de interesse da Secretaria de Educação.	MÊS	12	R\$ 7.070,00	R\$ 84.840,00
6	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos em adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, combinada com o fornecimento e operação de solução tecnológica integrada no formato SAAS de interesse da Secretaria de Saúde.	MÊS	12	R\$ 6.166,67	R\$ 74.000,04
7	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos em adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, combinada com o fornecimento e operação de solução tecnológica integrada no formato SAAS de interesse da Secretaria do Trabalho e Assistência Social.	MÊS	12	R\$ 6.120,00	R\$ 73.440,00
VALOR TOTAL					R\$ 510.370,08

ANEXO II

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de licitação, o(s) licitante(s) deverão comprovar o atendimento aos seguintes requisitos:

a. Habilitação jurídica

A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à **comprovação de existência jurídica da pessoa** e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada (Art. 66 da Lei Federal nº 14.133/21), devendo ser observado e apresentado, se for:

a.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

a.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

a.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

a.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

a.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

a.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

b. Habilitação fiscal, social e trabalhista

b.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

b.3. Prova de regularidade com a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

- b.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- b.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (Mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943).
- b.6. Declaração quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Esta declaração ficará dispensada em caso de procedimento eletrônico onde o proponente opte por assinalar a opção constante do sistema).
- b.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- b.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

c. Qualificação Econômico-Financeira

- c.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente **registrado** no órgão competente de origem);
- c.2. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total)/(Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

- c.3. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante ou, Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação.
- c.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- c.5. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).
- c.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

c.7. Capital social ou patrimônio líquido equivalente a no mínimo 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação.

c.8. Entende-se por "valor estimado da contratação" como o valor ORÇADO pelo município.

d. Qualificação Técnica

d.1. Apresentar atestado de capacidade técnica regularmente emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em que figurem o nome da empresa licitante na condição de "contratada", demonstrando que a empresa executou ou esteja executando diretamente serviços compatíveis em características similares ao objeto licitado.

d.2. Qualificação técnico-operacional

d.2.1. Apresentação de comprovação que a solução de software já foi utilizada, ou está em uso, por órgão público ou privado em atividades diretamente relacionadas à adequação à LGPD, tratamento de dados e/ou plataforma de atendimento ao cidadão.

d.2.2. Apresentação de comprovação de que o software utilizado na execução dos serviços possui registro de propriedade intelectual junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) ou outro órgão competente, conforme a Lei nº 9.609/1998. Caso o software seja de terceiro, deverá haver comprovação de licença válida e suficiente para a integral execução contratual, vinculada à empresa licitante.

d.2.3. Apresentação de certificação vigente de segurança da informação ISO/IEC 27001 para o ambiente onde será operado o sistema contratado, sendo obrigatória a vinculação da infraestrutura ao domínio ou controle direto da empresa fornecedora do sistema, não se admitindo ambientes de terceiros não certificados.

d.3. Qualificação técnico-profissional

A composição da equipe técnica deverá refletir a multidisciplinaridade e a especialização necessárias à adequada execução do objeto contratual, combinando expertise jurídica, técnica, operacional e institucional, abrangendo as seguintes qualificações:

d.3.1.1. Indicação de 01 (um) profissional, com formação de nível superior em qualquer área, com especialização Lato Sensu comprovada em LGPD, com experiência em atuação conjunta com Controladorias Municipais ou Estaduais em processos de conformidade à LGPD, planejamento institucional ou estruturação de fluxos administrativos. Esta exigência assegura domínio técnico-operacional e normativo de mecanismos de controle e conformidade específicos do setor público

d.3.1.2. Indicação de 01 (um) profissional com formação de nível superior em Bacharelado em Ciência da Computação, com comprovação documental por meio de certificado emitido por instituição de ensino devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), e que possua experiência prática no sistema SaaS ofertado.

d.3.1.3. Indicação de 01 (um) profissional que possua nível superior em Direito, com experiência comprovada em LGPD. A devida comprovação profissional de sua respectiva inscrição no Conselho de Classe

competente, deve ser comprovada por meio de certidão emitida pelo Conselho correspondente, dentro do prazo de validade. A comprovação da experiência na área de LGPD poderá ser realizada por meio de certificados, atestados de capacidade técnica, declarações, contratos ou quaisquer outros documentos idôneos que evidenciem a atuação do profissional na área.

d.3.1.4. A comprovação de vinculação ao quadro permanente da licitante será feita:

- a) Para sócio, mediante a apresentação do estatuto social/contrato social e seus aditivos.
- b) Para diretor, mediante a apresentação da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada junto ao órgão competente.
- c) Se o profissional integrante da equipe técnica não for sócio e/ou diretor da empresa, a comprovação se dará mediante a apresentação da cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou contrato de prestação de serviços devidamente assinado e celebrado na forma da lei.

d.3.1.5. A licitante deverá juntar declaração expressa assinada por seu profissional indicado, informando que o mesmo concorda com a inclusão de seu nome na participação permanente dos serviços na condição de responsável técnico.

d.3.1.6. Os profissionais indicados pela licitante deverão participar permanentemente do serviço objeto desta licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração

d.4. Caso o(s) profissional(is) indicado(s) não possua(m) vínculo empregatício com a licitante no momento da habilitação, a licitante poderá apresentar declaração de compromisso, assinada pelo representante legal da empresa e pelo(s) profissional(is) indicado(s), informando que, caso a licitante seja declarada vencedora do certame e no momento da assinatura do contrato com o município de Aquiraz/CE, será apresentada comprovação de vínculo empregatício em alguma das formas previstas no item d.4 (Conforme acordo 1447/2015 – TCU Plenário).

e. Outros documentos

- e.1. Declaração de que a interessada atende aos requisitos de habilitação e de que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- e.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- e.3. Declaração expressa de integral concordância com os termos do edital e seus anexos;
- e.4. Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- e.5. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

ANEXO III - MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS



À PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ

Processo: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01.002/2026 PE

Data e Hora de Abertura: _____ às _____ horas

Razão Social: _____ CNPJ: _____

Endereço: _____ CEP: _____

Fone: _____

Banco: _____ Agência Nº: _____ Conta Corrente nº: _____

E-mail: _____

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS EM ADEQUAÇÃO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, COMBINADA COM O FORNECIMENTO E OPERAÇÃO DE SOLUÇÃO TECNOLÓGICA INTEGRADA NO FORMATO SAAS, DE INTERESSE DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QTE	VALOR UNIT	VALOR MÉDIO GLOBAL
1	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos em adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, combinada com o fornecimento e operação de solução tecnológica integrada no formato SAAS de interesse da Controladoria Geral do Município.	MÊS	12		
2	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos em adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, combinada com o fornecimento e operação de solução tecnológica integrada no formato SAAS de interesse da Secretaria de Finanças.	MÊS	12		
3	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos em adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, combinada com o fornecimento e operação de solução tecnológica integrada no formato SAAS de interesse da Secretaria de Administração e Planejamento.	MÊS	12		
4	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos em adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, combinada com o fornecimento e operação de solução tecnológica integrada no formato SAAS de interesse da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano.	MÊS	12		
5	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos em adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, combinada com o fornecimento e operação de solução tecnológica integrada no formato SAAS de interesse da Secretaria de Educação.	MÊS	12		
6	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos em adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, combinada com o fornecimento e operação de solução tecnológica integrada no formato SAAS de interesse da Secretaria de Saúde.	MÊS	12		

7	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos em adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, combinada com o fornecimento e operação de solução tecnológica integrada no formato SAAS de interesse da Secretaria do Trabalho e Assistência Social.	MÊS	12		
---	--	-----	----	--	--

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ **VALIDADE DA PROPOSTA:** 60 (sessenta) dias.

Observações:

- O proponente declara que tem o pleno conhecimento, aceitação e cumprirá todas as obrigações contidas no anexo II – Termo de Referência deste edital.
- Independente de declaração expressa, fica subentendida que no valor proposto estão incluídas todas as despesas necessárias ao fornecimento, inclusive as relacionadas com:
 - encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e outros;
 - tributos, taxas e tarifas, emolumentos, licenças, alvarás, multas e/ou qualquer infrações;
 - seguros em geral, da infortunistica e de responsabilidade civil para quaisquer danos e prejuízos causados à Contratante e/ou a terceiros, gerados direta ou indiretamente pelo fornecimento.

Local/Data:, de de

Assinatura Proponente
Carimbo da Empresa/Assinatura do Responsável Legal

**ANEXO IV
CONTRATO**

**CONTRATO Nº _____
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01.002/2026 PE**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO
A PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ/CE, E DO
OUTRO A EMPRESA _____ PARA O FIM
QUE NELE SE DECLARA.

O município de AQUIRAZ, Estado do Ceará, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, com sede de sua Prefeitura Municipal na Rua da Integração, S/N, Centro, Aquiraz/CE, através da **SECRETARIA DE _____**, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a). _____, C.P.F. Nº _____, aqui denominado(a) de **CONTRATANTE**, e de outro lado a Empresa _____, estabelecida na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, neste ato representada pelo (a) Sr(a). _____, portador (a) do CPF nº _____, apenas denominada de **CONTRATADA**, firmam entre si o presente TERMO DE CONTRATO mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato encontra-se fundamentado pelo processo administrativo de Licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** tombado sob o nº **01.002/2026 PE** em conformidade com a Lei Federal Nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021 - Lei das Licitações Públicas e Decreto Municipal nº 067/2023, de 23 de agosto de 2023, assim como, a legislação complementar em vigor.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência – TR;
- b) O Estudo Técnico Preliminar – ETP;
- c) O Edital da Licitação;
- d) A proposta de preços do contratado;
- e) Eventuais anexos dos documentos supracitados; e
- f) Legislação Municipal regulamentadora quanto a Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS EM ADEQUAÇÃO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, COMBINADA COM O FORNECIMENTO E OPERAÇÃO DE SOLUÇÃO TECNOLÓGICA INTEGRADA NO FORMATO SAAS, DE INTERESSE DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE, tudo conforme especificações contidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1. O valor global da presente avença é de R\$ ____ (____), a ser pago na proporção da prestação dos serviços licitados, segundo as ordens de serviços/autorizações de fornecimento expedidas pela Administração, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo Gestor da despesa, acompanhadas das Certidões Federal, Estadual, Municipal, FGTS e CNDT do proponente vencedor, todas atualizadas, observadas as condições da proposta.

- 3.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
- 3.3. A repactuação deverá observar o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação, hipótese na qual será utilizado o índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.
- 3.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 3.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 3.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 3.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 3.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 3.9. O reajuste será realizado por apostilamento.
- 3.10. Os pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro serão respondidos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, observada a vigência contratual.
- 3.11. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após adimplemento da obrigação e encaminhamento da documentação tratada no subitem 3.1, observadas as disposições editalícias, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor.
- 3.12. Por ocasião da prestação dos serviços, o contratado deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias e a respectiva Nota Fiscal. A Fatura e Nota Fiscal deverão ser emitidas em nome da Secretaria de *****, com endereço na ***** CNPJ/MF sob o nº *****.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

- 4.1. O contrato produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e vigorará pelo período de 12 (doze) meses, prorrogável na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA QUINTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS

- 5.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento Municipal, inerentes a _____:

CLÁUSULA SEXTA - DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES

- 6.1. As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do instrumento convocatório, da Lei Federal nº 14.133/21, do Decreto Municipal nº 067/2023, de 23 de agosto de 2023 e da proposta adjudicada.

São obrigações do contratante, nos termos do art. 92, X, XI e XIV da Lei Federal nº 14.133/21:

- 6.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.
- 6.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

- 6.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- 6.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.
- 6.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.
- 6.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.
- 6.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.
- 6.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 6.1.10. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, nos termos do art. 123, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021 e o art. 28, do Decreto nº 11.246, de 2022, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 6.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês, nos termos do art. 123, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 6.1.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 6.1.14. Indicar o local e horário em que deverão ser prestados os serviços/materiais/equipamentos.
- 6.1.15. Permitir ao pessoal da CONTRATADA acesso ao local da execução desde que observadas as normas de segurança.

6.2. São obrigações do contratado, nos termos do art. 92, XIV, XVI e XVII da Lei Federal nº 14.133/21:

- 6.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- a) Executar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, se for o caso.
 - b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
 - c) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
 - d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

- e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.
- g) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- h) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.
- i) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- j) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou serviços de terceiros.
- k) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- l) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- m) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- n) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- o) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- p) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.
- q) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

- r) Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, se for o caso, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.
- s) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- t) Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- u) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- v) Assinar e devolver a ordem de serviço ao Município de AQUIRAZ/CE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data do seu recebimento.
- w) Executar os itens licitados no prazo máximo estabelecido no termo de referência, contados do recebimento da ordem de compra, nos locais determinados pelo órgão solicitante, observando rigorosamente as especificações contidas no termo de referência, nos anexos e disposições constantes de sua proposta de preços, assumindo a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência da celebração do contrato.
- x) A reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- y) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- z) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 125º da Lei n.º 14.133/21.
- aa) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de AQUIRAZ/CE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao mesmo, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato.
- bb) No caso de constatação da inadequação do objeto licitado às normas e exigências especificadas no termo de referência, no edital ou na proposta de preços da CONTRATADA, a CONTRATANTE os recusará, devendo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas ser adequados às supracitadas condições.

6.3. LOCAL DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.3.1. Os serviços deverão ser executados nos locais designados na ordem de serviço emitida pelo Setor competente da **SECRETARIA DE** _____ no âmbito do município de AQUIRAZ/CE.

6.4. PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.5.1. Os serviços deverão ser iniciados/executados em até **05 (cinco) dias corridos**, a contar da emissão da ORDEM DE SERVIÇO, que será enviada à contratada através de e-mail ou outro meio que comprove o seu recebimento.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário que, com dolo ou culpa:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
 - b.1) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - b.2) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - b.3) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - b.4) deixar de apresentar amostra;
 - b.5) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a assinatura de tais instrumentos, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- f) fraudar a licitação;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- h) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- i) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- j) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

7.1.1. Serão aplicadas ao licitante/adjudicatário que incorrer nas infrações acima descritas, garantida a defesa prévia, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.1.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) as peculiaridades do caso concreto
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.1.3. Para fins de dosimetria e cálculo das penalidades acima impostas, estas tomarão como base os parâmetros delineados no tópico a seguir.

7.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que, com dolo ou culpa:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2.1. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- d) **Multa**:
 - d.1) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - d.2) Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

7.2.2. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

7.2.3. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.2.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 05 (CINCO) DIAS úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

7.2.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.2.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.2.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.2.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.2.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

7.2.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.2.11. O Contratante deverá, no prazo máximo 05 (CINCO) DIAS úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.2.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

7.2.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

8. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

8.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

8.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

8.1.1.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

8.1.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

8.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

8.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

8.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

8.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

8.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

8.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

8.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

8.3.3. Indenizações e multas.

8.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. O CONTRATADO se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.2. O presente contrato tem seus termos e sua execução vinculada ao edital de licitação e à proposta licitatória.

9.3. O CONTRATANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no artigo 58 da Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, alterada e consolidada.

9.4. O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pela Administração ou por acordo das partes, com as devidas justificativas, nos casos previstos na Lei.

9.5. A inadimplência do contratado com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos serviços pela Administração.

9.6. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar partes do contrato sem a expressa autorização da Administração.

9.7. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a prestação dos serviços em desacordo com os termos do Processo Licitatório, da proposta e deste contrato.

9.8. Integram o presente contrato, independente de transcrição, todas as peças que formam o procedimento licitatório e a proposta adjudicada.

9.9. A Contratada, na vigência do Contrato, será a única responsável perante terceiros pelos atos praticados por seu pessoal, eximida a Contratante de quaisquer reclamações e indenizações.

9.10. A gestão e fiscalização do contrato caberá ao Ordenador de Despesa competente ou a quem ele a designar com esta finalidade, devendo ele exercer toda a sua plenitude tudo em atendimento e consonância ao que dispõe a Lei Federal nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1. O foro da Comarca de AQUIRAZ/CE é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste Contrato, em obediência ao disposto no § 2º do artigo 55 da Lei 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, alterada e consolidada.

Assim pactuadas, as partes firmam o presente Instrumento, lavrado na Prefeitura Municipal de AQUIRAZ/CE, perante testemunhas que também o assinam, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

AQUIRAZ/CE, ____ de ____ de ____.

Secretário(a) de _____
CONTRATANTE

EMPRESA: _____
Sr(a). _____
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF nº _____

2. _____ CPF nº _____



**ANEXO I
DO CONTRATO**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS EM ADEQUAÇÃO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, COMBINADA COM O FORNECIMENTO E OPERAÇÃO DE SOLUÇÃO TECNOLÓGICA INTEGRADA NO FORMATO SAAS, DE INTERESSE DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ-CE.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QTE	VALOR UNIT	VALOR MÉDIO GLOBAL
1	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos em adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, combinada com o fornecimento e operação de solução tecnológica integrada no formato SAAS de interesse da Controladoria Geral do Município.	MÊS	12		
2	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos em adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, combinada com o fornecimento e operação de solução tecnológica integrada no formato SAAS de interesse da Secretaria de Finanças.	MÊS	12		
3	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos em adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, combinada com o fornecimento e operação de solução tecnológica integrada no formato SAAS de interesse da Secretaria de Administração e Planejamento.	MÊS	12		
4	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos em adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, combinada com o fornecimento e operação de solução tecnológica integrada no formato SAAS de interesse da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano.	MÊS	12		
5	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos em adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, combinada com o fornecimento e operação de solução tecnológica integrada no formato SAAS de interesse da Secretaria de Educação.	MÊS	12		
6	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos em adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, combinada com o fornecimento e operação de solução tecnológica integrada no formato SAAS de interesse da Secretaria de Saúde.	MÊS	12		
7	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos em adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, combinada com o fornecimento e operação de solução tecnológica integrada no formato SAAS de interesse da Secretaria do Trabalho e Assistência Social.	MÊS	12		